



Universidade de Brasília  
Curso de Gestão de Políticas Públicas

PETRA RAISSA LIMA PANTOJA LEITE

**GESTÃO DA POLÍTICA DE EXTENSÃO NA UNB:  
DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Brasília - DF

2020

PETRA RAISSA LIMA PANTOJA LEITE

**GESTÃO DA POLÍTICA DE EXTENSÃO NA UNB:  
DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Relatório de pesquisa apresentado como  
trabalho de conclusão da disciplina de  
“Residência em Políticas Públicas”.

Professora Orientadora:  
Dra. Renata Callaça Gadioli dos Santos

Brasília - DF

2020

## DEDICATÓRIA

*Dedico esta pesquisa à minha mãe, Ana Cândida, uma mulher admirável, questionadora, sábia, guerreira e amorosa. Meu eterno agradecimento por sempre me apoiar nos estudos e trabalhos, me incentivando a realizar meus sonhos, me impulsionando a crescer profissionalmente e evoluir como ser humano.*

## RESUMO

O presente relatório é um desdobramento da pesquisa acadêmica realizada a partir da “Residência em Políticas Públicas”, à luz da Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU), no âmbito do Decanato de Extensão e da Câmara de Extensão da Universidade de Brasília (UnB). Este estudo teve como objetivo compreender e analisar os principais desafios da gestão e implementação da política de extensão na UnB, no período de 2014 à 2019 e assim refletir sobre possíveis caminhos de superação. Vale salientar que o tripé da universidade é o ensino, a pesquisa e a extensão. Contudo, os resultados aqui apresentados revelam evidências de que a “efetividade” da extensão ainda é desnivelada, comparada aos outros dois pilares do ensino superior: ensino e pesquisa. Diante disso, se faz urgente pensar e propor estratégias visando a criação de uma “cultura de valorização” e “fortalecimento da extensão universitária”. Neste estudo foi possível apreender a maneira como vem sendo realizada a gestão e implementação da política de extensão na UnB, por meio de pesquisa qualitativa e quantitativa, observação participante, entrevistas estruturadas, conversas informais, questionários, dados secundários, pesquisas documental e bibliográfica. Através das quais, verificou-se nas realidades observadas e opiniões dos interlocutores, representantes da gestão da extensão na UnB, os principais desafios da gestão e da implementação. Sendo estes: 1. Garantir e fortalecer a curricularização da extensão; 2. Aumentar o número de programas e projetos de extensão de ação contínua (PEACs); 3. Apoiar e incentivar a formalização / institucionalização dos projetos de extensão; 4. Aumentar a disponibilidade de recursos humanos e financeiros para a gestão e implementação da extensão universitária; 5. Ampliar a quantidade de professores e estudantes envolvidos com a extensão; 6. Implementar a política de extensão, seguindo efetivamente as diretrizes dispostas na PNEU e; 7. Fortalecer a extensão universitária. Ao fim do trabalho, verificou-se que todos os desafios listados estão relacionados ao último “fortalecimento da extensão universitária”, sendo fundamentais para efetivá-lo. Os resultados deste estudo poderão contribuir, fornecendo informações e subsídios à elaboração de ferramentas e instrumentos de gestão, para monitoramentos, avaliações, encaminhamentos e decisões voltadas à política de extensão universitária e sua implementação na UnB, podendo, inclusive, estender-se a outras universidades.

**Palavras-chave:** Extensão Universitária, Ensino Superior e Gestão Pública.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Foto - Pela valorização da extensão, mural do ICC/UnB, 30.05.2018. ....	20
Figura 2: Contexto Nacional da Extensão Universitária. ....	22
Figura 3: Gráfico - Porcentagem de titulares e suplentes que responderam aos questionários. ....	34
Figura 4: Gráfico - Porcentagem de coordenadores de extensão que responderam aos questionários. ....	34
Figura 5: Gráfico - Perfil dos membros da CEX, conforme sexo. ....	34
Figura 6: Gráfico - Perfil dos membros da CEX, conforme etnia/cor. ....	34
Figura 7: Gráfico - Envolvimento dos estudantes da UnB com a Extensão. ....	49
Figura 8: Gráfico - Envolvimento dos professores da UnB com a Extensão. ....	50
Figura 9: Gráfico - Compreensão dos professores sobre a PNEU e as diretrizes para as ações de extensão universitária. ....	51
Figura 10: Nuvem de palavras - “O que é extensão?” para os membros da CEX. ....	52
Figura 11: Extensão na perspectiva da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. ....	59

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Público-alvo e instrumentos de coleta de dados.....	29
Quadro 2: Correlação entre os desafios da extensão na perspectiva da PNEU e no âmbito da gestão da extensão na UnB.....	37
Quadro 3: Quantitativo de envolvidos com projetos de extensão de ação contínua da UnB, 2014-2019.....	42

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BCE	Biblioteca Central da Universidade de Brasília
CAEP	Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos
CDS	Centro de Desenvolvimento Sustentável
CDT	Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico
CEAM	Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CET	Centro de Excelência em Turismo
CEX	Câmara de Extensão
CPD	Centro de Informática
DDC	Diretoria de Difusão Cultural
DDIR	Diretoria de Integração Social e Desenvolvimento Regional
DEG	Decanato de Ensino de Graduação
DEX	Decanato de Extensão
DGP	Decanato de Gestão de Pessoas
DPO	Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional
DTE	Diretoria Técnica de Extensão
FAC	Faculdade de Comunicação
FACE	Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FAV	Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária
FCE	Faculdade de Ceilândia
FCI	Faculdade de Ciência da Informação
FD	Faculdade de Direito
FE	Faculdade de Educação
FEF	Faculdade de Educação Física
FGA	Faculdade UnB Gama
FM	Faculdade de Medicina
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
FS	Faculdade de Ciências da Saúde
FUP	Faculdade UnB Planaltina
FT	Faculdade de Tecnologia

GPP	Gestão de Políticas Públicas
HUB	Hospital Universitário de Brasília
ICC	Instituto Central de Ciências
ICS	Instituto de Ciências Sociais
IDA	Instituto de Artes
IE	Instituto de Ciências Exatas
IES	Instituição de Ensino Superior
IG	Instituto de Geociências
IH	Instituto de Ciências Humanas
IL	Instituto de Letras
INT	Assessoria de Assuntos Internacionais
IP	Instituto de Psicologia
IPOL	Instituto de Ciência Política
IQ	Instituto de Química
IREL	Instituto de Relações Internacionais
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEACs	Programas e Projetos de extensão de ação contínua
PIBEX	Programa de Institucionalização de Bolsas de Extensão
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEU	Política Nacional de Extensão Universitária
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PPP	Projeto Político Pedagógico
RPP	Residência em Políticas Públicas
UnB	Universidade de Brasília



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
1.1. Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU) .....	10
1.2. Plano Nacional de Educação (PNE), ensino superior e extensão .....	12
1.3. Gestão e implementação da política de extensão na UnB .....	14
1.4. Pergunta norteadora e objetivos.....	17
1.5. Justificativa .....	18
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>22</b>
2.1. Extensão universitária no Brasil .....	22
2.2. Educação, ensino superior e extensão.....	24
2.3. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão .....	26
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>29</b>
<b>4 DIAGNÓSTICO: DESAFIOS DA POLÍTICA DE EXTENSÃO NA UNB.....</b>	<b>33</b>
4.1. Perfil dos membros da Câmara de Extensão da UnB .....	33
4.2. Principais desafios da gestão da extensão na UnB .....	35
4.3. Avaliação da extensão universitária da UnB .....	39
4.4. Mapeamento do quantitativo de projetos de extensão da UnB.....	40
4.5. Ampliação e institucionalização dos projetos de extensão da UnB.....	43
4.6. Curricularização da Extensão na UnB .....	47
4.7. Envolvimento dos professores e estudantes com a extensão na UnB.....	49
4.8. Fortalecimento da extensão universitária na UnB .....	53
<b>5 CONCLUSÃO: POSSIBILIDADES DA EXTENSÃO NA UNB.....</b>	<b>60</b>
5.1. Possíveis caminhos de superação dos desafios: recomendações .....	60
5.2. Limites e possibilidades da pesquisa .....	66
5.3. Considerações finais sobre os desafios, diretrizes e recomendações à extensão da UnB .....	66
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>69</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>72</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>81</b>

# 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi desenvolvida na área de estudo da *Gestão Educacional*, mais especificamente no tema de *Política de Extensão Universitária*. A PNEU - Política Nacional de Extensão Universitária (2012) é um importante instrumento de gestão e referência para os profissionais da educação superior no que tange à Extensão, tanto para os gestores como para os professores, na compreensão do que é Extensão, de como esta deve ser gerida, implementada, avaliada e base para compreensão de qual é o seu papel na universidade e na sociedade.

Para que uma atividade, programa ou projeto seja efetivamente compreendido como Extensão, é preciso que siga os requisitos, denominados de “diretrizes da extensão universitária” dispostos na PNEU (2012), também presentes na Resolução do CEPE n. 0060/2015, que estabelece fundamentos, princípios e diretrizes para as atividades de extensão da UnB.

A extensão universitária na legislação brasileira, conforme a Lei nº 9.394/1996, LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no exercício da autonomia das universidades, tem assegurada a atribuição de “estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão” (Art. 53º). Além disso, “as universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano” (Art. 52º).

Conforme o parágrafo primeiro do artigo 53 “para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre: (...) IV-programação das pesquisas e das atividades de extensão. E ainda, entre as finalidades da educação superior listadas no artigo 43, consta:

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. (Lei nº 9.394/1996, Art. 43º).

Além disso, o Art. 207º da Constituição Federal de 1988 dispõe que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Além da equiparação entre essas funções básicas, também é importante a igualdade no tratamento das instituições de ensino superior; caso contrário, poderá ocorrer violação à um preceito legal.

Considerando que a Política Nacional de Extensão (PNEU) deve contribuir para a gestão da extensão, a qual assume a indissociabilidade desses três pilares basilares da universidade, o tema supracitado revela-se de suma importância, impactando nas variadas áreas de produção do conhecimento, bem como na formação profissional cidadã, no âmbito do ensino superior.

Esta pesquisa propõe verificar, à luz da PNEU (2012), de que forma vem sendo realizada a gestão e implementação da política de extensão na Universidade de Brasília (UnB), bem como identificar seus principais desafios e apontar possíveis caminhos de superação. Para contextualizar, a introdução está organizada nas seguintes seções: 1.1. Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU); 1.2. Plano Nacional de Educação (PNE), ensino superior e extensão; 1.3. Gestão e implementação da política de extensão na UnB; 1.4. Pergunta norteadora e objetivos e; 1.5. Justificativa.

### **1.1. Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU)**

*“A Extensão Universitária não se coloca apenas como uma atividade acadêmica, mas como uma concepção de Universidade Cidadã” (PNEU, 2012)*

A Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU) foi apresentada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) e publicada no ano de 2012. Conforme a PNEU (2012), o intuito é torná-la um instrumento de mudança social, incentivando a justiça, a solidariedade e a democracia. Para tal, conta com o compromisso das universidades signatárias em dar materialidade ao seu conteúdo, tornando-a um instrumento efetivo na (re)formulação, implementação e avaliação das ações de Extensão Universitária. (PNEU, 2012, p.5).

A elaboração da PNEU desenvolveu-se de forma participativa. O documento foi amplamente discutido no âmbito do FORPROEX e das Universidades Públicas. Através de discussão e deliberação, sendo incorporadas as contribuições dos pró-

Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior, os quais organizaram-se em coordenadorias regionais e coordenadorias temáticas, bem como, dos representantes das Universidades Públicas signatárias. (PNEU, 2012).

O FORPROEX apresenta às Universidades Públicas e à sociedade brasileira a definição do conceito de Extensão Universitária:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. (PNEU, 2012, p.16).

A PNEU (2012) estabelece as 5 diretrizes da extensão universitária, dispostas também no Art. 2º da Resolução do CEPE n. 0060/2015. Elas constituem importante instrumento de gestão e implementação da política de extensão na UnB e, conseqüentemente base para as análises desenvolvidas aqui neste trabalho. A seguir as diretrizes:

1. Interação Dialógica;
  2. Interdisciplinaridade e interprofissionalidade;
  3. Indissociabilidade: ensino - pesquisa - extensão;
  4. Impacto na Formação do Estudante;
  5. Impacto e transformação Social.
- (PNEU, 2012, p.17-21).

A 1ª propõe uma extensão que fomenta a relação entre universidade e setores sociais superando o discurso de hegemonia acadêmica; a 2ª considera que as ações de extensão são mais efetivas quando atentas a complexidade inerente as comunidades; a 3ª está pautada na ideia de que as atividades de extensão são mais efetivas se articuladas à formação de pessoas e à geração de conhecimento; a 4ª reforça que as atividades de extensão agregam qualidade na formação dos estudantes e; a 5ª salienta que a extensão deve considerar a complexidade e diversidade da realidade social, oferecendo contribuições relevantes para as comunidades e, buscando efetividade na solução dos problemas. (UNB/CEPE n. 0060/2015, Art. 2º).

Outro importante documento no âmbito da gestão da extensão na UnB é a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão n. 0060/2015, um dos principais guias das ações de extensão na UnB, conforme o diretor técnico do DEX, em entrevista. Esse ato normativo estabelece os fundamentos, princípios e diretrizes para as atividades de extensão da UnB, estando em consonância com a PNEU (2012).

A PNEU (2012), ressalta ainda, a importância da articulação entre extensão e as políticas públicas, na qual as atividades extensionistas contribuem para a produção do conhecimento e para a formação de profissionais qualificados a atuarem na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas.

Nesse sentido, a PNEU (2012) lista as temáticas da extensão nas universidades: comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho; sendo as áreas prioritárias desta articulação, as seguintes:

- Preservação e sustentabilidade do meio ambiente;
  - Ampliação da oferta e melhoria da qualidade da educação básica;
  - Melhoria da saúde e da qualidade de vida da população brasileira;
  - Melhoria do atendimento à criança, ao adolescente e ao idoso;
  - Melhoria do programa nacional de educação nas áreas da reforma agrária;
  - Promoção do desenvolvimento cultural, em especial a produção e preservação de bens simbólicos e o ensino das artes;
  - Ampliação e fortalecimento das ações de democratização da ciência;
  - Formação de mão-de-obra, qualificação para o trabalho, reorientação profissional e capacitação de gestores públicos.
- (PNEU, 2012, p.45-46).

Além da Política Nacional de Extensão Universitária, outro importante instrumento para a gestão e implementação da política de extensão é o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), a seguir.

## **1.2. Plano Nacional de Educação (PNE), ensino superior e extensão**

O Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) apresenta a linha base dos indicadores selecionados pelo MEC e pelo Inep para o monitoramento/acompanhamento das 20 metas estabelecidas no Plano, as quais tratam dos seguintes assuntos: a) Garantia do direito à educação básica com qualidade; b) Redução das desigualdades e à valorização da diversidade; c) Valorização dos profissionais da educação e; d) Ensino superior (metas 12, 13, 14).

Neste trabalho, o foco será na última temática (de ensino superior). Conforme o MEC/SASE (2014), as metas que se referem ao ensino superior, em geral são de responsabilidade dos governos federal e estaduais. É no ensino superior que professores e demais profissionais se formam para atuar nos municípios, contribuindo para a geração de renda e desenvolvimento socioeconômico local. Diante disso, a União, os

estados, o Distrito Federal e os municípios, todos participam da elaboração das metas sobre o ensino superior nos planos municipais e estaduais, vinculadas ao PNE.

A meta 12 consiste em: “elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público” (Brasil, 2015, p.207).

A meta 13 se trata de: “elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores” (Brasil, 2015, p.225).

A meta 14 propõe: “elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores” (Brasil, 2015, p.241).

Considerando que os três pilares da universidade pública são: ensino, pesquisa e extensão, no que se refere a Extensão Universitária dentro do tema de Ensino Superior, as metas 9.11, 12.7, 13.7 e 14.10 do PNE - Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014) citam a extensão, conforme a seguir:

**9.11**) implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os (as) alunos (as) com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população; (...) **12.7**) assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social; (...) **13.7**) fomentar a formação de consórcios entre instituições públicas de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão; (...) **14.10**) promover o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão. (Presidência da República, 2014). *Grifou-se.*

No tocante especificamente à Extensão, vale ressaltar que, conforme as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (CNE, 2018) - Art.4º e o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) - meta 12.7, deverá ser implementada a curricularização da extensão até 2024, nos textos isso significa que as atividades de

extensão devem compor, no mínimo, 10% do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, fazendo parte da matriz curricular dos cursos.

Esta é uma exigência que já aparecia no PNE de 2001, conforme menção da PNEU (2012). Vale salientar que a “inserção curricular” é um dos principais desafios atuais do Decanato de Extensão da UnB, bem como da grande maioria das universidades públicas brasileiras. Considerando que inúmeros departamentos dos cursos estão relativamente longe de alcançar essa meta, vê-se que eles têm encontrado muitas dificuldades, como a de incentivar o envolvimento dos professores e por conseguinte dos estudantes. Conforme entrevista com o diretor técnico do DEX.

Nesse sentido, é necessário pensar estratégias e direcionar encaminhamentos no âmbito da gestão para facilitar e aperfeiçoar o processo de implementação. No DEX/UnB, foi criada uma comissão, no ano de 2019, que se reúne quinzenalmente para debater e decidir sobre essa temática da curricularização da extensão na universidade, conforme o diretor técnico do DEX, em entrevista.

A presente pesquisa busca relacionar a política na sua teoria e suas diretrizes com a realidade observada na perspectiva da gestão e implementação na UnB. A seguir se expõe a descrição e contextualização da organização responsável pela gestão da política de extensão na UnB.

### **1.3. Gestão e implementação da política de extensão na UnB**

Nesta seção apresenta-se a contextualização da Extensão na UnB e a descrição da organização responsável pela gestão da extensão na universidade, o Decanato de Extensão (DEX/UnB). Vale ressaltar que o objeto de estudo, nesta pesquisa, consiste nas realidades observadas e opiniões dos interlocutores, dos(as) gestores(as), professores(as) e servidores(as), representantes do DEX e da Câmara de Extensão (CEX), sendo esta última, uma instância política de caráter deliberativo do primeiro. Dessa forma, são duas unidades de análise que estão intrinsecamente vinculadas: o DEX e a CEX.

A instância responsável pela gestão da política de extensão na UnB é o Decanato de Extensão. Neste foi realizada a imersão de Residência em Gestão de Políticas Públicas (RPP), nos meses de outubro e novembro de 2019. A pesquisa que

decorreu desta imersão tem como dimensão analisada a gestão e a implementação da política de extensão na UnB, no âmbito do DEX e da CEX.

O DEX é responsável por promover atividades de extensão e incentivar a interação entre universidade e sociedade. Está organizado, conforme organograma (Anexo I), em três diretorias: Diretoria Técnica de Extensão (DTE), a Diretoria de Desenvolvimento e Integração Regional (DDIR) e a Diretoria de Difusão Cultural. Além destas, há dois setores independentes das diretorias, o Gabinete da Decana de Extensão e a Coordenação de Comunicação Integrada. Todos estão localizados no prédio da reitoria da UnB, exceto a Diretoria de Difusão Cultural, que se localiza no Setor Comercial Sul, no centro da cidade de Brasília. Conforme a página do DEX, as atribuições de cada uma das diretorias são:

A Diretoria Técnica de Extensão (DTE) articula, apoia e gerencia programas e projetos como os PEACs propostos pelas unidades acadêmicas e demais órgãos da UnB e o PIBEX. Além de lançar editais internos de fomento, a DTE responde pela formulação de indicadores para a avaliação da produtividade das ações extensionistas e a integralização de créditos em Extensão. Promove ainda, com base na perspectiva da Comunicação Integrada e dentro de estrutura organizacional pioneira, o diálogo entre as interfaces comunicacionais, administrativas e institucionais nos seus campos de atuação, fomenta e organiza as publicações e desenvolve processos e fluxos para consolidação do planejamento estratégico e do Plano de Desenvolvimento Institucional do DEX.

A DDIR expressa a vontade política e o empenho institucional da UnB de fortalecer a extensão universitária como alicerce da produção acadêmica e sua participação como elemento proativo no processo de desenvolvimento científico e social brasileiro, em suas diversas faces e campos, a partir de medidas e iniciativas de estímulo, apoio e fomentos direcionados preferencialmente para governos, instituições, organizações, comunidades e populações do Distrito Federal, Entorno, RIDE e Região Centro-Oeste.

A Diretoria de Difusão Cultural consolidou-se como importante centro cultural da cidade atuando em diversos campos das artes e da cultura. Sob o foco do processo da interculturalidade e orientada pelo conceito da diversidade da América Latina, suas atividades expressam a pluralidade de etnias e culturas, que constituem um repertório de multiplicidades de maneiras de compreender o mundo, mesclas e sincretismos. Esse conceito de diversidade estende-se aos aportes da península ibérica, dos países africanos e ao legado indígena, entre outros presentes na nossa formação. Além das inúmeras exposições anuais em suas galerias, destaca-se o volume atual de atividades promovidas em parceria com renomadas instituições culturais e com as Embaixadas. São cursos e oficinas de extensão na área da diversidade cultural, preservação de acervos e meio-ambiente, fotografia e teatro, mostras e ciclos de cinema, o tradicional programa Semanas Latinas e eventos diversos. (DEX, 2019).

Outra instância muito importante vinculada ao DEX, no que tange à gestão da política de extensão, é a já mencionada Câmara de Extensão (CEX). Esta é uma instância política do DEX de caráter deliberativo, presidida pela Decana de Extensão e,



na sua ausência, conduzida pelo Diretor Técnico do DEX. É composta por representantes das Unidades Acadêmicas, Centros e Órgãos Complementares da UnB, por integrantes do DEX, professores coordenadores de extensão, professores representantes das unidades acadêmicas, técnicos representantes de algumas unidades administrativas, representantes estudantis do DCE e do sindicato SINTFUB. Ver lista de unidades integrantes da CEX no Anexo II. Sobre a sua composição, o Capítulo III, Art.4º da Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão n. 0060/2015, dispõe o seguinte:

A Câmara de Extensão (...) é composta por um representante de cada Unidade Acadêmica, por um representante de cada Órgão Complementar e/ou Centro afeto à Extensão e por três representantes discentes, todos com mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por mais um mandato, conforme normatizado pelo CEPE. Indica-se que o número de discentes seja estipulado em 1 /7 ou 15% dos membros, conforme a Lei n. 9.394/1996 (LDB). (UNB/CEPE n. 0060/2015).

O DEX não tem um Regimento Interno, conforme a secretária do CEX, os documentos utilizados são as resoluções e atos normativos. Nessa linha, as legislações pertinentes à Câmara de Extensão são: a Resolução que estabelece os fundamentos, princípios e diretrizes para as atividades de extensão (CEPE 0060/2015)<sup>1</sup>; a Resolução que apresenta os procedimentos para institucionalização de atividades de Extensão (CEX 01/2015)<sup>2</sup>; a Resolução da Política de Extensão e Programas Especiais (CONSUNI 22/2000)<sup>3</sup> e; o Ato da Reitoria (Ato GRE) que descreve a Estrutura Organizacional do DEX (1243/2017)<sup>4</sup>. Este último, que estabelece a estrutura do DEX, à época de sua assinatura ficou de ser complementado para vir a contemplar as descrições do ato por ele revogado (1113/2012)<sup>5</sup>.

São atribuições das Câmaras do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, cada uma em sua competência, conforme Capítulo I, Art. 10º do Regimento Geral da UnB/2011, emitir pareceres, analisar propostas e projetos, regulamentar normas do Conselho e apreciar recursos de decisões dos Conselhos de Institutos e Faculdades, quando atenderem aos critérios de admissibilidade.

---

<sup>1</sup> Fonte - disponível em: [www.dex.unb.br/documentos-normativos/category/13-resolucoes-da-unb](http://www.dex.unb.br/documentos-normativos/category/13-resolucoes-da-unb)

<sup>2</sup> Fonte - disponível em: [www.dex.unb.br/documentos-normativos/category/13-resolucoes-da-unb](http://www.dex.unb.br/documentos-normativos/category/13-resolucoes-da-unb)

<sup>3</sup> Fonte - disponível em: [www.dex.unb.br/documentos-normativos/category/13-resolucoes-da-unb](http://www.dex.unb.br/documentos-normativos/category/13-resolucoes-da-unb)

<sup>4</sup> Fonte - disponível em: [www.dex.unb.br/documentos-normativos/category/11-atos-da-unb](http://www.dex.unb.br/documentos-normativos/category/11-atos-da-unb)

<sup>5</sup> Fonte - disponível em: [www.dex.unb.br/documentos-normativos/category/11-atos-da-unb?start=0](http://www.dex.unb.br/documentos-normativos/category/11-atos-da-unb?start=0)

No que tange à imersão da Residência em Políticas Públicas no DEX, também foi acompanhada uma das reuniões da Câmara de Extensão, em outubro de 2019, na qual foram debatidos assuntos relativos à avaliação da Semana Universitária (SEMUNI). Geralmente, as reuniões têm ocorrido quinzenalmente, nas terças-feiras de 10h ao 12h, no Salão de Atos do gabinete da reitora da universidade.

Além das instâncias mencionadas, também existem alguns Polos de Extensão para desenvolver os projetos *in loco*, como o da Cidade Estrutural, Itapoã, Paranoá e São Sebastião. Conforme a página do DEX/UnB, o intuito do polo de extensão é criar um espaço para agregar estudantes universitários e extensionistas para atender as demandas da comunidade através dos projetos desenvolvidos. Vale salientar, que é de suma importância o apoio do poder público para conseguir um local adequado às instalações para a continuidade e desenvolvimento das atividades de extensão propostas.

No Polo de Extensão da UnB na Cidade Estrutural, por exemplo, são desenvolvidos alguns projetos como: “Educação em Saúde - Orientação Alimentar”; “Fisioterapia Comunitária: Intervindo na Prevenção e Educação para a Saúde Funcional”; “Pare, Pense, Descarte: uma abordagem multidisciplinar para o diálogo entre Universidade, Comunidade e Catadores”; “Projeto vez e voz: educação popular na prevenção ao tráfico de pessoas”; “Formação e organização do acervo da Biblioteca Comunitária “Catando Palavras” da Cidade Estrutural” e; “Cidades Saudáveis – Mobilização e Agenciamento de Ações de Infraestrutura Ecológica para Melhoria do Habitat”. (DEX, 2019).

Nessa linha, a universidade tem uma função essencial de contribuir para superar a desigualdade e a exclusão através dos conhecimentos produzidos em parceria com a sociedade, sendo esta, uma das competências da extensão, gerar impacto e transformação social.

#### **1.4. Pergunta norteadora e objetivos**

Quais os principais desafios da gestão e implementação da política de extensão na UnB, no período de 2014 à 2019, e possíveis caminhos de superação? Esta é a questão central da pesquisa aqui desenvolvida. Portanto, o objetivo geral consiste em compreender e analisar os principais desafios da gestão e implementação da política de

extensão na UnB, no período de 2014 à 2019, e refletir sobre possíveis caminhos de superação. A seguir, os objetivos específicos:

1. Identificar os principais desafios da gestão e implementação da política de extensão na UnB;
2. Realizar o mapeamento do quantitativo dos programas e projetos de extensão de ação contínua (PEACs) da UnB, de 2014 à 2019;
3. Identificar e analisar os principais desafios à ampliação e institucionalização dos PEACs da UnB;
4. Identificar e analisar os principais desafios à curricularização da extensão na UnB;
5. Identificar e analisar os principais desafios relativos ao envolvimento da comunidade acadêmica, dos professores e estudantes, com a extensão na UnB e;
6. Apontar possíveis caminhos de superação dos principais desafios da extensão universitária na UnB.

### **1.5. Justificativa**

Qual o papel social da instituição universitária? Na arena pública existe uma disputa entre diferentes projetos de sociedade, na qual as Instituições de Ensino Superior (IES) fazem parte. Na conjuntura atual, de mudanças no mundo contemporâneo, as IES teriam uma importante função no progresso dos Estados e no desenvolvimento das sociedades.

No imaginário social e político, e no campo da gestão pública inclusive, há uma expectativa de que as IES contribuam para a construção e transformação da sociedade brasileira, pautada na cidadania e na democracia. “Uma universidade que, funcionária do conhecimento, possa colocá-lo a serviço da sociedade. Comprometida com o conhecimento, ela o será, também, com a extensão e a pesquisa, tanto quanto com o ensino” (SEVERINO, 2002, p.117).

Entre as finalidades da educação superior, conforme o Art. 43º da LDB, consta “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e

tecnológica geradas na instituição”. A política de extensão é concebida do seguinte modo pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs):

“Propõe-se a discutir uma política de extensão universitária, articulada com o ensino e a pesquisa, em busca da construção de um projeto societário que permita, de forma efetiva, concretizar uma pauta de inclusão social, a formação cidadã e humanista, na perspectiva de desenvolvimento integral do ser humano”. (PUC-Minas, 2006).

Vale ressaltar, que no contexto da Universidade de Brasília (UnB), conforme seu Projeto Político Pedagógico Institucional, o princípio pedagógico fundante da universidade é o ensino, a pesquisa e a extensão, o primeiro traz os aspectos didáticos e pedagógicos, a segunda a produção de conhecimento e a terceira o conhecimento e as contribuições à sociedade; na qual essas três funções básicas devem estar equiparadas.

Na “teoria”, a extensão é um dos três pilares que sustentam a universidade. Porém, na “prática”, de maneira geral, a extensão é desconsiderada pela comunidade acadêmica como um pilar importante, é tida como “menos relevante” do que a pesquisa, por exemplo, isso fica evidente nos resultados desta pesquisa. Contudo, a extensão tem o potencial de ampliar o alcance da pesquisa e dos processos de ensino-aprendizagem, conforme as diretrizes da PNEU (2012) a extensão pressupõe integração e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Poderíamos dizer que a extensão simboliza a totalidade do que a universidade se propõe.

Existe uma certa preocupação com o rigor e a qualidade da ciência produzida na universidade, um direcionamento do corpo docente para que os estudantes entendam o que é o método científico e como aplicá-lo, instrumentalizando os alunos para o “fazer pesquisa”. Mas será que isso também ocorre no campo da extensão? Os professores compreendem, ensinam e constroem de forma dialógica com os estudantes e a comunidade, o que é extensão conforme as diretrizes da PNEU? Há indícios de que isso não ocorre efetivamente, apenas em parte, como veremos nos resultados desta pesquisa.

Esta questão é transversal aos objetivos aqui propostos, estando também relacionada aos desafios da gestão e implementação da política de extensão na UnB. Como oportunidade é possível notar que existe uma parcela da comunidade acadêmica envolvida nas ações e iniciativas voltadas ao fortalecimento da extensão universitária na UnB, como podemos observar o engajamento de alguns professores, coordenadores de extensão, integrantes da Câmara de Extensão, gestores do Decanato de Extensão e alguns estudantes mais atuantes.

A seguir, foto de cartaz pregado por estudantes universitários no mural do ICC/UnB - Instituto Central de Ciências da Universidade de Brasília, no período próximo às eleições para o DCE - Diretório Central dos Estudantes, entidade máxima de representação estudantil na universidade:



*Figura 1: Foto - Pela valorização da extensão, mural do ICC/UnB, 30.05.2018.*

Esta imagem é uma evidência de que existe uma demanda, especialmente entre os estudantes, de criar uma “cultura de valorização da extensão”, de reconhecimento e fortalecimento da extensão universitária. Sendo também uma demanda dos professores mais engajados com extensão na UnB, como os membros da Câmara de Extensão (CEX), conforme respostas dos questionários aplicados.

Vale salientar que o tripé da universidade é o ensino, a pesquisa e a extensão. Este trabalho tem como pressuposto, o entendimento de que na educação superior, assim como ensina-se, estuda-se e aprende-se, teoria e prática do que é ciência a partir do método científico e da pesquisa, a comunidade acadêmica também deveria ensinar, estudar e aprender, efetivamente, teoria e prática do que é extensão acadêmica e dialógica, conforme as diretrizes da PNEU.

Diante disso, cabe a esta pesquisa apreender como a gestão e a implementação da política de extensão vem sendo realizada no âmbito do DEX e da CEX, no sentido de atender as demandas expressas pela comunidade em relação ao fortalecimento da extensão na UnB, e quais os principais desafios nesse sentido. Também refletir sobre quais práticas de gestão podem contribuir a superação dos desafios e corroborar a uma maior efetividade da política de extensão na UnB.

A partir da imersão da residência no DEX, de observações, entrevistas e conversas informais com os diretores e servidores da organização, a hipótese aqui levantada foi de que, a gestão e a implementação da política de extensão, no âmbito do DEX e da CEX, têm contribuído ao fortalecimento da extensão na UnB, comparado aos anos anteriores, contudo, há indícios de que, na perspectiva da comunidade acadêmica da UnB, a “efetividade” da extensão ainda é desnivelada, comparada aos outros dois pilares do ensino superior: ensino e pesquisa.

As reflexões aqui apresentadas, no âmbito da pesquisa, são importantes enquanto produção de conhecimento, em termos acadêmicos, sociais e da gestão. Os resultados deste estudo, potencialmente contribuirão à construção de ferramentas e instrumentos de gestão, nas avaliações e decisões dos gestores do DEX e da CEX. No aperfeiçoamento de estratégias de políticas públicas de extensão, tanto das já existentes como na formulação de novas políticas que poderão contribuir à excelência do ensino superior no Brasil e, em última instância, contribuindo também, na geração de impacto e transformação social.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção apresenta a fundamentação teórica utilizada no trabalho, na qual desenvolve-se uma reflexão acerca dos principais conceitos e autores. O capítulo apresenta a literatura nas temáticas de educação, ensino superior e extensão, organizada nas seguintes seções: 2.1. Extensão universitária no Brasil; 2.2. Educação, ensino superior e extensão e; 2.3. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

### 2.1. Extensão universitária no Brasil

No intuito de contextualizar a extensão universitária no Brasil, Fernanda Oliveira e Patrícia Goulart (2015), fazem uma interpretação socio/histórica, considerando as três fases/faces da extensão universitária brasileira, nas suas especificidades e diferentes momentos: prestação de serviços, assistencialismo e extensão dialógica.



Fonte: dados de pesquisa (OLIVEIRA F; GOULART P. M., 2015, p.14).

Figura 2: Contexto Nacional da Extensão Universitária.

1ª fase/face: a Extensão Universitária surge no Brasil por volta de 1911, sob a influência do modelo europeu e estado-unidense. Observa-se nessa primeira fase/face: a **“prestação de serviços”**. No final dos anos 1960, com Lei Básica da Reforma Universitária, que institui a extensão no âmbito acadêmico, as IES devem estender as atividades de ensino e pesquisa à comunidade, através de cursos e serviços especiais (OLIVEIRA F.; GOULART P. M., 2015).

2ª fase/face: Conforme Fernanda Oliveira e Patrícia Goulart (2015), nas décadas de 60 e 70, com as ditaduras militares em toda a América Latina. Nesse período observa-se projetos de viés mais assistencialista, na qual os estudantes eram vistos apenas como executores. Essa é segunda fase/face da extensão universitária brasileira: o **“assistencialismo”**. Nesse cenário, houve um certo enfraquecimento do caráter político da extensão universitária, devido a frequente repressão aos movimentos estudantis, contudo, estes davam continuidade e mantinham as atividades extensionistas, mesmo que desvinculada da instituição.

3ª fase/face: esta, a **“extensão dialógica”** começa a ser delineada ainda na ditadura militar, quando extensionistas atuavam na perspectiva de mudança social e difusão cultural. A extensão passa a ser vista e discutida como missão social das universidades brasileiras (ROCHA, 2001 *apud* OLIVEIRA F.; GOULART P. M., 2015).

Nos anos 70-80, há uma importante contribuição de Paulo Freire (1980), através de sua obra *“Extensão ou Comunicação”*, na qual faz uma análise crítica sobre a extensão e propõe que esta vise não à transmissão de conteúdo, mas à comunicação de conhecimentos, portanto, uma *“extensão dialógica”*. Nessa linha, a Extensão definiu-se como: *“ação institucional voltada para o atendimento das organizações e populações, com um sentido de retroalimentação e troca de saberes acadêmico e popular* (NOGUEIRA, 2001 *apud* OLIVEIRA F.; GOULART P. M., 2015).

Na década de 80, há um enfraquecimento das ditaduras na América Latina, um processo de redemocratização e reconstrução das instituições políticas e sociais. É reelaborada a concepção de universidade pública, as práticas de ensino, pesquisa e extensão e questionada a visão assistencialista da extensão.

Outro fenômeno que corroborou a consolidação da *“extensão dialógica”* foi a criação do Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras (FORPROEX) em 1987, o qual aprovou em 1998 o Plano Nacional



de Extensão, formalizando assim, as diretrizes que orientam as atividades de extensão e o atual conceito de extensão universitária: “um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (PNEU, 2012, p.16).

## 2.2. Educação, ensino superior e extensão

*“A gente diz da capacidade e da necessidade de querer bem, de amar,  
E do compromisso da gente com a escola pública, com a educação,  
E com o povo brasileiro” (Paulo Freire)<sup>6</sup>*

Nesta seção foi realizada uma reflexão e conceituação de “educação” relacionando-o a noção de “ensino superior” e este ao entendimento sobre “extensão”. Para tal, foram consideradas como referências as contribuições intelectuais de pensadores educadores voltados à educação brasileira e a latino-americana, que trazem reflexões e discursos que dialogam com utopias e ações, como Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira e Paulo Freire.

Inicialmente, se faz necessário situar o que significa “educação” neste trabalho. Quando utilizado o conceito “educação”, falamos da “educação pública”, então temos como pressuposto a ideia de que “educação é política”, “educação é política pública de Estado” e por conseguinte “educação é direito”.

Trazendo um pouco dos autores que fundamentam as reflexões sobre educação neste trabalho, vale ressaltar que o pensamento político-pedagógico de Paulo Freire tem como *locus* principal o Brasil e a América Latina da década de 1960, e fala da dimensão do direito à educação no Brasil, que segundo ele “é indispensável investigar a obra de Paulo Freire, teórico da educação dialógica, buscando, na sua carreira como educador, a conscientização dos indivíduos sobre a importância da educação para a formação de um Estado democrático”. (FARIA e SILVA, 2008, p.5).

Aqueles dois brasileiros, um nordestino e um mineiro, foram atores sociais de um processo histórico e político, que sofreu uma ruptura pelo golpe militar de 1964, abortando aquele projeto por eles sonhados, de uma nação democrática e republicana. E, conseqüentemente, interrompendo a construção de uma escola pública para todos, proposta nos textos da Constituição Federal de

---

<sup>6</sup> FREIRE Paulo, Seminário Crítica e Auto-Crítica, 1991 *apud* FARIA e SILVA, 2008.

1946 e da primeira Lei de Diretrizes e Bases Nacional de 1961. (FARIA e SILVA, 2008, p.5).

Faria e Silva (2008), traçam um breve histórico sobre o envolvimento de Darcy Ribeiro com a política de educação, bem como a sua contribuição na idealização da Universidade de Brasília e sua aproximação com Anísio Teixeira:

Darcy teve sua primeira atuação no plano da educação, ao longo do processo de construção, da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na segunda metade dos anos de 1950 (LDBEN, 1961), tendo atuado intensamente ainda na luta pela criação da UnB.

O cenário político dos anos de 1950 e 1960 possibilitou a aproximação entre as ideias de diversos educadores, tais como Anísio e Darcy. Essa aproximação resultou em busca de um mesmo ideal, o de uma escola pública democrática que atendesse à população brasileira, em especial às classes populares, historicamente excluídas.

A realização de ver a UnB erguida durou pouco tempo, tendo seu projeto original sido totalmente destruído pelo golpe militar de 1964. Para Darcy Ribeiro (1997), a razão da queda de João Goulart não foi a pretensa “ameaça do comunismo”, mas as políticas públicas sociais voltadas para a melhoria da vida da população, como o início histórico do processo de reforma agrária. (FARIA e SILVA, 2008, p.7).

Darcy Ribeiro “idealizava a educação como caminho para as mudanças sociais e nacionais” (Amaro e Silva, 2013, p. 2). Nessa linha, a educação também pode contribuir para fortalecer os direitos humanos, conforme Adelaide Dias (2007), após a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos de Viena (1993) a Declaração de Viena evidencia que a educação é essencial para a promoção de relações harmoniosas entre as comunidades, capaz de fomentar o respeito mútuo, a tolerância e a paz, reforçando esse caráter transformador da educação:

A educação em direitos humanos deve incluir a paz, a democracia, o desenvolvimento e a justiça social, tal como previsto nos instrumentos internacionais e regionais de direitos humanos, para que seja possível conscientizar todas as pessoas em relação à necessidade de fortalecer a aplicação universal dos direitos humanos. (Viena, 1996 *apud* DIAS, 2007, p. 442).

Além disso, a educação é um direito humano, um “direito inalienável de todos os seres humanos, devendo, portanto, ser ofertada a toda e qualquer pessoa (...) a educação não apenas se caracteriza como um direito da pessoa, mas, fundamentalmente, é seu elemento constitutivo” (DIAS, 2007, p.441). A educação seria um pré-requisito, um direito social proeminente, para usufruir dos demais direitos, sociais, políticos e civis, conforme MACHADO e OLIVEIRA (2001) *apud* DIAS, 2007, p.443.

Paulo Freire salienta a importância da participação na educação para que exista transformação da realidade. A instituição educacional que se baseia em uma “educação libertária” (Paulo Freire) tem a função de formar cidadãos conscientes e livres, que pensam, questionam, se posicionam, agem e transformam a realidade, contribuindo para a emancipação humana na construção de uma sociedade mais justa e democrática. Vale ressaltar que para ocorrer ação transformadora é importante que a educação contribua para o desenvolvimento da “consciência crítica” (Paulo Freire).

Em suma, este trabalho considera o conceito de “**educação**” enquanto “**direito**” e “**política pública**”, que deve contribuir para o desenvolvimento integral do ser humano ao longo da vida. Nessa perspectiva, a extensão pode ser compreendida como iniciativa educativa, política e de direito. Ao se tratar de “**Extensão Universitária**”, estamos falando da formação de jovens e adultos que, durante a sua formação, devem vivenciar os três pilares da universidade: ensino-pesquisa-extensão. Lembrando que a extensão só ocorre se, conforme as diretrizes dispostas na PNEU (2012), articulada com ensino e pesquisa em um processo de indissociabilidade e interdisciplinaridade, bem como estabelecendo um diálogo entre universidade e sociedade/realidade, gerando impacto e transformação social.

### **2.3. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão**

Vale ressaltar que o princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão é um desafio, na qual as universidades deverão obedecer, conforme o artigo 207 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Nessa linha, de acordo com Maciel e Mazzilli (2010):

Quando da elaboração da Constituição Brasileira de 1988, o Fórum Nacional da Educação na Constituinte liderou a aprovação de emenda popular que formulava o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como paradigma de uma universidade socialmente referenciada e expressão da expectativa de construção de um projeto democrático de sociedade, que se tornou o artigo 207 da Constituição. (MACIEL e MAZZILLI, 2010, p.1).

Quanto à associação entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades brasileiras, este é um requisito exigido nas universidades e não nas outras modalidades de IES, nesse sentido, conforme Maciel e Mazzilli (2010) “a expansão acelerada do

setor privado/mercantil tem colaborado para enfraquecer ou quase ignorar o cumprimento da exigência constitucional (Art. 207º da constituição) nas IES particulares com status de universidade”. Vale salientar ainda que, conforme o artigo: “Extensão Universitária e Políticas Públicas” de Pereira:

Apesar de saber que o incentivo à extensão deva ser primordial, as universidades não definem como essa extensão será promovida. O cumprimento dessa função e missão só será possível na articulação entre o ensino e a pesquisa, em que se estabelece uma alimentação/ retroalimentação entre os pilares de qualquer universidade, que tenha como diretriz a indissociabilidade entre extensão, ensino e pesquisa na organização das políticas institucionais. (PEREIRA, 2013, p.93).

Além disso, conforme o artigo “Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário” de Gonçalves:

A reabertura democrática no país contribuía para a discussão da função do ensino superior e das universidades públicas perante a sociedade, estabelecendo-se para estas instituições novas demandas, dentre as quais, o maior diálogo com distintos setores da sociedade, a produção de conhecimentos socialmente relevantes e a formação acadêmica articulada com demandas sociais e pesquisa. Como principal resultado deste processo, percebe-se que o modelo consolidado no Brasil ao longo do tempo, foi o do tripé ensino, pesquisa e extensão como missão da Universidade. (GONÇALVES, 2016, p.129).

Conforme a autora, mesmo diante dessa conjuntura, não necessariamente se constitui a implementação do princípio da indissociabilidade na formação acadêmica e nas ações docentes e institucionais. Tal entendimento, reforça a importância de investigar mais profundamente o tema aqui proposto, em vistas de compreender a problemática, e assim viabilizar estratégias efetivas, no sentido da criação de uma “cultura de valorização da extensão universitária”.

No contexto da universidade, a extensão é uma frente importante na viabilização de uma “educação para a cidadania”. Quanto ao papel da universidade na sociedade Severino (2002) ressalta os “compromissos da educação no âmbito de um projeto de universidade empenhada na construção de uma nova sociedade, que seja marcada pela universalização da cidadania, a ser construída pela utilização do conhecimento”. Nesse sentido, “a Extensão Universitária não se coloca apenas como uma atividade acadêmica, mas como uma concepção de Universidade Cidadã” (PNEU, 2012).

A extensão possibilita maior proximidade com o mundo do trabalho, através de uma formação profissional que dialoga mais com a prática da atuação de cada área,

colocando os estudantes como protagonistas no processo de aprendizado e produção do conhecimento, estabelecendo uma relação direta entre teoria e prática, dos conhecimentos teóricos acadêmicos e a sua aplicação no mundo real. Assim, gerando impacto na formação dos estudantes, uma das diretrizes da extensão, conforme a PNEU (2012).

Dessa maneira, a extensão contribui efetivamente para a formação dos futuros profissionais, bem como para a sociedade a qual assimila e se beneficia dos resultados das ações, pesquisas e projetos desenvolvidos a partir das iniciativas de extensão, podendo, inclusive, subsidiar formulação e implementação de políticas públicas.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho consiste em um estudo de caso realizado na UnB, no período de 2019 à 2020, na qual foi possível apreender a maneira como vem sendo realizada a gestão e implementação da política de extensão universitária, no intuito de identificar os principais desafios da extensão e refletir sobre possíveis caminhos de superação.

O objeto de estudo desta pesquisa consiste nas realidades observadas e nas opiniões dos interlocutores, dos(as) gestores(as), professores(as) e servidores(as), representantes do Decanato de Extensão (DEX) e da Câmara de Extensão (CEX). Portanto, a dimensão analisada é administrativa e pedagógica, na qual constituem-se duas unidades de análise que estão intrinsecamente vinculadas na perspectiva da gestão: o DEX e a CEX. Além disso, também foram realizadas conversas informais com alguns estudantes extensionistas. A seguir, o quadro do público-alvo e dos instrumentos de coleta de dados:

Quadro 1: Público-alvo e instrumentos de coleta de dados.

	Questionários	Entrevistas Estruturadas	Conversas Informais
<b>Representantes do DEX</b>	-----	Decana de Extensão (gestora e professora), Diretor Técnico do DEX (gestor e professor) e, Servidora da DDIR/DEX.	Diretores(as), Servidores(as), Secretárias e, Bolsistas do DEX.
<b>Representantes da CEX</b>	Coordenadores(as) de Extensão e Professores(as), todos(as) integrantes da CEX.	-----	Secretária da CEX.
<b>Estudantes</b>	-----	-----	Estudantes Extensionistas do Projeto CISO.

Fonte: *Elaboração da autora.*

Esta pesquisa foi realizada através de triangulação e abordagem mista: qualitativa e quantitativa. As técnicas utilizadas para a coleta de dados são: 3.1. Observação participante; 3.2. Entrevistas estruturadas e conversas informais; 3.3. Questionários; 3.4. Dados secundários, pesquisas documental e bibliográfica. A seguir,

o detalhamento dos referidos procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, bem como, os procedimentos para análise dos dados (item 3.5).

### **3.1. Observação participante**

A observação participante se “realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos” (CRUZ NETO, 1994, p. 59). Esta foi adotada em uma abordagem “etnográfica” com uso de diário de campo, como técnica de registro das informações coletadas. Esta consiste em uma importante etapa da pesquisa, na qual há uma inserção da pesquisadora no universo investigado.

A imersão foi realizada através da Residência em Gestão de Políticas Públicas (RPP), uma das etapas finais do curso de graduação em Gestão de Políticas Públicas (GPP). Sobre a Residência em GPP, SILVA et al. (2015), ressalta:

O objetivo é proporcionar aos estudantes o exercício de análise de uma política pública, a partir do seu contexto prático-organizacional em organizações públicas e privadas sem fins lucrativos que atuam na formulação, implementação, avaliação e controle social de políticas públicas. A RPP possibilita a imersão do estudante nesse contexto de prática, em que ele participa do processo de gestão de uma política pública, atuando como observador, interagindo com a equipe e compartilhando experiências e conhecimentos. Como resultado, espera-se uma formação que não seja apenas técnica, mas também que se mostre sensível aos aspectos éticos, sociais, políticos, econômicos, ambientais e outros que permeiam o campo da gestão pública. (SILVA et al., 2015).

No âmbito desta pesquisa, a Residência foi desenvolvida no Decanato de Extensão (DEX/UnB), no período de 4/10/2019 a 29/11/2019. Foram realizadas diversas atividades durante a imersão: duas visitas semanais; realização de entrevistas e conversas informais com os diretores, servidores, secretárias e estagiários do DEX; observação da dinâmica de trabalho no âmbito organizacional e da gestão da política de extensão na UnB; acompanhamento de uma das reuniões da Câmara de Extensão e; acesso às atas, notas técnicas, dados, relatórios e documentos sobre as atividades de extensão, utilizados e disponibilizados pelo DEX.

### **3.2. Entrevistas estruturadas e conversas informais**

Inicialmente, foram realizadas conversas informais com o Diretor Técnico e diversos servidores do Decanato de Extensão (DEX), através destas interações foi

possível identificar os desafios e “gargalos” centrais da gestão e da implementação da política de extensão na UnB. Tendo estas informações como ponto de partida, foram elaboradas questões para as entrevistas estruturadas, bem como para os questionários, visando compreender, no nível mais detalhado, tais desafios, os quais foram confirmados através da pesquisa, possibilitando maior detalhamento e compreensão do cenário da extensão na UnB.

As entrevistas estruturadas (Apêndice I) foram realizadas pessoalmente com o Diretor Técnico do DEX e com uma das servidoras da DDIR/DEX em 2019, e em 2020 devido à pandemia de Covid-19, de forma remota por meio do *google meet*, a entrevista com a Decana de Extensão da UnB. Houve a utilização de gravador de áudio e foram realizadas transcrições. A escolha dos entrevistados considerou as sugestões do Diretor Técnico do DEX, que tem uma visão da gestão da extensão na UnB e de quais atores seriam fundamentais nesse processo. Contudo, vale ressaltar, que não foi possível realizar entrevista com todos os representantes, diretores e professores sugeridos, uma vez que não obtive resposta de todos.

Foram realizadas, também em 2020, conversas informais com alguns estudantes extensionistas da UnB, vinculados ao Projeto CISO - Ciências Sociais nas Escolas, no intuito de compreender como se deu a experiência de formalização do projeto e os desafios encontrados nesse sentido. Ressalta-se que devido ao contexto da pandemia de Covid-19, a interação se deu de forma remota, através de conversas e áudios trocados pelo *WhatsApp*.

### **3.3. Questionários**

Os questionários estruturados (Apêndice II) foram aplicados aos integrantes da Câmara de Extensão (CEX) através de formulário eletrônico, estes foram enviados por *e-mail*, através de lista *mailing* fornecida pela secretária da CEX. Vale ressaltar que a coleta de dados ocorreu em dois momentos diferentes, o primeiro no 2/2019 (5 respostas) e o segundo momento no 2/2020 (10 respostas), totalizando 15 respostas. Esse espaçamento de tempo se deve ao contexto da pandemia de Covid-19, motivo pelo qual paralisaram várias atividades. Com o retorno, também surgiram algumas novas ideias, as quais foram incorporadas ao questionário e sinalizadas nos resultados.

De um universo de 80 membros vinculados a 40 unidades da CEX (Anexo II), entre titulares e suplentes, obteve-se uma amostra de 15 respostas (18,75% dos



membros), sendo estes de 12 unidades representadas (30% das unidades). Diante disso, a amostragem é representativa permitindo a realização de inferência estatística significativa à população dos integrantes da Câmara de Extensão.

### **3.4. Dados secundários, pesquisas documental e bibliográfica**

Os dados secundários, dispostos em planilhas fornecidas pelo Decanato de Extensão (DEX/UnB), possibilitaram análises sobre o quantitativo de Programas e Projetos de Extensão de Ação Contínua (PEACs) e sobre o número de pessoas envolvidas na execução destes.

As pesquisas documental e bibliográfica viabilizaram a contextualização e o detalhamento do tema da pesquisa, conforme as leis, as resoluções, as diretrizes, os planos e a própria política, além da leitura e reflexão sobre os trabalhos acadêmicos já existentes na temática de educação superior e extensão universitária no Brasil.

### **3.5. Análise dos dados**

As técnicas de pesquisa e as abordagens de análise escolhidas são as consideradas mais adequadas diante dos objetivos propostos, no intuito de identificar os desafios e as possibilidades da extensão na UnB, para subsidiar a criação e/ou aperfeiçoamento de políticas que visem o fortalecimento da extensão universitária.

As análises aqui desenvolvidas têm como base a concepção filosófica pragmática de pesquisa, a qual dá ênfase ao funcionamento da política, na perspectiva do “problema”, buscando um olhar para as “soluções”. No caso, a pesquisa busca identificar os desafios da gestão e implementação da política de extensão na UnB e, a partir daí refletir sobre possíveis caminhos de superação.

Além disso, também foi utilizado o modelo de análise da “coerência”, na qual se propõe a adequação do texto ao contexto. O “texto” (a política, a resolução ou plano) é criado em um certo distanciamento da sua aplicação, já o “contexto” (realidade vivida) é justamente o campo da prática, com suas contingências e dinâmicas reais. (LEJANO, 2012).

Foram realizadas análises de conteúdo, na abordagem de interpretação, das entrevistas e das respostas qualitativas dos questionários. Para os dados quantitativos advindos dos questionários foram rodadas análises estatísticas, que possibilitam inferir resultados da amostra para a população dos membros da Câmara de Extensão da UnB.

## **4 DIAGNÓSTICO: DESAFIOS DA POLÍTICA DE EXTENSÃO NA UNB**

Nesta seção apresenta-se o diagnóstico da pesquisa. O objetivo geral consiste em compreender e analisar os principais desafios da gestão e implementação da política de extensão na UnB, no período de 2014 à 2019 e, refletir sobre possíveis caminhos de superação. Para tal foi realizada observação participante no DEX e na CEX, aplicadas entrevistas aos representantes do DEX e questionários aos membros da CEX.

As análises foram realizadas visando atender aos objetivos propostos, nas seguintes subseções: 4.1. Perfil dos membros da Câmara de Extensão da UnB; 4.2. Principais desafios da gestão da extensão na UnB; 4.3. Avaliação da extensão universitária da UnB; 4.4. Mapeamento do quantitativo de projetos de extensão da UnB; 4.5. Ampliação e institucionalização dos projetos de extensão da UnB, 4.6. Curricularização da extensão na UnB; 4.7. Envolvimento dos professores e estudantes com a extensão na UnB e; 4.8. Fortalecimento da extensão universitária na UnB.

### **4.1. Perfil dos membros da Câmara de Extensão da UnB**

No que tange aos resultados obtidos por meio da aplicação de questionário aos integrantes da Câmara de Extensão (CEX), de um total de 80 membros vinculados a 40 unidades (Anexo II), entre titulares e suplentes, obteve-se um total de 15 respostas (18,75% dos membros), sendo estes de 12 unidades representadas (30% das unidades).

As unidades que responderam à pesquisa são: Faculdade de Ciências da Saúde (FS), Faculdade de Direito (FD), Centro de Excelência em Turismo (CET), Instituto de Ciências Biológicas (IB), Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), Instituto de Química (IQ), Instituto de Relações Internacionais (IREL), Faculdade de Ceilândia (FCE), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Instituto de Ciências Humanas (IH), Instituto de Ciências Exatas (IE) e Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE). As três últimas unidades supracitadas, contaram com dois respondentes (titulares e suplentes). Dentre as unidades respondentes, são 10 unidades acadêmicas (83,3%) e 2 centros (16,7%).

Não houve nenhuma resposta de unidade administrativa, de sindicato, nem de representação estudantil. Diante disso, faz-se necessário pensar, debater e propor estratégias que busquem aumentar a diversidade e representatividade na Câmara de Extensão, visando a maior participação dos estudantes, sindicato e unidades administrativas. A seguir, o perfil dos respondentes conforme o cargo na CEX e a porcentagem de coordenadores de extensão:

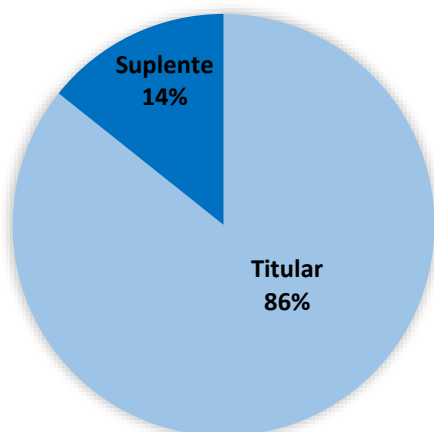


Figura 3: Gráfico - Porcentagem de titulares e suplentes que responderam aos questionários.

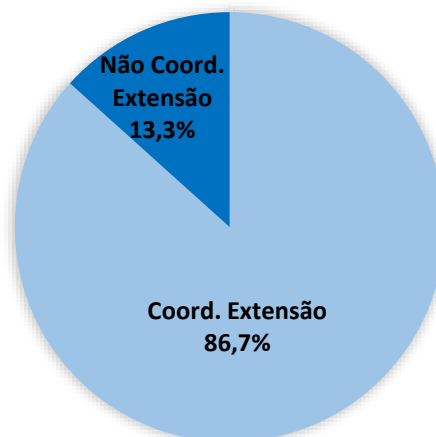


Figura 4: Gráfico - Porcentagem de coordenadores de extensão que responderam aos questionários.

Todos são professores(as), a maioria (86,7%) coordenadores de extensão na unidade que representa e todos coordenam ou já coordenaram algum projeto de extensão. A seguir as informações de sexo e etnia/cor dos respondentes, membros da CEX:

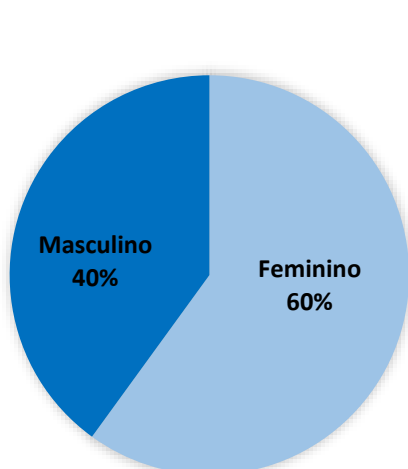


Figura 5: Gráfico - Perfil dos membros da CEX, conforme sexo.

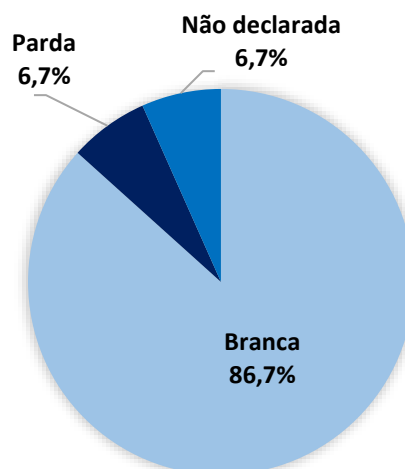


Figura 6: Gráfico - Perfil dos membros da CEX, conforme etnia/cor.

Fica evidente que é expressiva a participação das professoras mulheres no envolvimento com a gestão da extensão na UnB. Por outro lado, há uma sub representatividade de negros e indígenas na Câmara de Extensão. Tal realidade é reflexo da sub representatividade também existente entre os docentes nas universidades brasileiras. De acordo com o Censo da Educação Superior<sup>7</sup> realizado pelo Inep (2017)<sup>8</sup>, no Brasil, 16% do total de professores universitários se autodeclararam pretos ou pardos e 0,12% se autodeclararam indígenas. Nesse Censo 29,4% dos docentes se recusaram declarar cor/raça/etnia.

O que evidencia o problema da desigualdade étnico-racial e a necessidade de medidas que visem a inclusão desses grupos sociais no corpo docente das universidades, bem como na UnB. Além disso, é importante ressaltar que a política de extensão universitária na UnB está sendo pensada, elaborada, desenvolvida, gerida e implementada na perspectiva da “branquitude”, quase não havendo diversidade de pensamento, mas sim um pensamento único hegemônico. Seria possível uma extensão dialógica que gera impacto e transformação social sem que, entre os professores, onde se origina a forma de pensar, gerir e implementar a extensão universitária, exista diversidade e representatividade étnico-racial?

Diante do cenário, faz-se necessário pensar e propor estratégias que busquem garantir a diversidade e representatividade étnico-racial no corpo docente da universidade, bem como na Câmara de Extensão. Este é um elemento importante para que se efetive uma política de extensão antirracista e democrática, na qual a sua implementação seja efetivamente de uma “extensão dialógica”.

#### **4.2. Principais desafios da gestão da extensão na UnB**

Tendo como base a observação participante no Decanato de Extensão (DEX) e na Câmara de Extensão (CEX), as entrevistas com representantes do DEX e os questionários aplicados junto aos integrantes da CEX. Verificou-se, ao final da pesquisa, que os principais desafios da gestão e implementação da política de extensão na UnB, no âmbito do DEX e da CEX, são:

---

<sup>7</sup> Fonte: Inep/microdados do Censo da Educação Superior 2017.

<sup>8</sup> Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

1. Garantir e fortalecer a curricularização da extensão;
2. Aumentar o número de programas e projetos de extensão de ação contínua (PEACs);
3. Apoiar e incentivar a formalização / institucionalização dos projetos de extensão;
4. Aumentar a disponibilidade de recursos humanos e financeiros para a gestão e implementação da extensão universitária;
5. Ampliar a quantidade de professores e estudantes envolvidos com a extensão;
6. Implementar a política de extensão, seguindo efetivamente as diretrizes dispostas na PNEU e;
7. Fortalecer a extensão universitária.

Vale ressaltar, que foram considerados como “principais” aqueles desafios mais mencionados, com maior recorrência entre os interlocutores e respondentes, nas entrevistas e respostas dos questionários, bem como aqueles desafios indicados como foco da gestão nos últimos anos e no presente momento.

No intuito de fazer uma correlação entre “texto” e “contexto”, conforme LEJANO (2012), relacionando a extensão na PNEU com a realidade da gestão da extensão na UnB, após listados os desafios, identificados por meio da pesquisa, podemos correlacionar, fazendo um paralelo com os principais desafios descritos na PNEU (2012).

Buscando compreender os limites e possibilidades da extensão, a PNEU listou os principais desafios da extensão universitária, a partir da percepção dos integrantes do FORPROEX. Tais desafios podem suscitar reflexões, incentivando que gestores e educadores das universidades possam repensar e aprimorar a gestão e implementação da política de extensão.

A seguir os desafios da extensão universitária, conforme o item 6.2 da PNEU (2012), relacionados aos desafios levantados aqui nesta pesquisa sobre a extensão na UnB:

Quadro 2: Correlação entre os desafios da extensão na perspectiva da PNEU e no âmbito da gestão da extensão na UnB.

Desafios da Extensão Universitária – PNEU (2012)	Desafios da Gestão da Extensão na UnB (2020)
1. Redefinir e ampliar a chancela institucional das ações de Extensão Universitária, por parte das Universidades Públicas, de forma a imprimir a estas maior transparência, o que está em consonância com sua missão, tal como definida pelas mudanças correntes na educação superior;	1. Garantir e fortalecer a curricularização da extensão; 2. Aumentar o número de programas e projetos de extensão de ação contínua (PEACs); 3. Apoiar e incentivar a formalização / institucionalização dos projetos de extensão; 7. Fortalecer a extensão universitária.
2. Estimular, por meio da Extensão Universitária, o protagonismo estudantil no processo de mudança da educação superior, tanto em âmbito nacional quanto subnacional (estadual e mesmo municipal);	5. Ampliar a quantidade de professores e estudantes envolvidos com a extensão; 7. Fortalecer a extensão universitária.
3. Garantir a dimensão acadêmica da Extensão Universitária, isto é, seu impacto na formação do estudante, superando certa tradição de desenvolvimento de ações isoladas – particularmente na área de prestação de serviços - que têm carecido dessa dimensão;	6. Implementar a política de extensão, seguindo efetivamente as diretrizes dispostas na PNEU; 7. Fortalecer a extensão universitária.
4. Exercitar o papel transformador da Extensão na relação da Universidade Pública com todos os outros setores da sociedade, no sentido da mudança social, de superação das desigualdades, eliminando, nesse exercício, ações meramente reprodutoras do status quo;	6. Implementar a política de extensão, seguindo efetivamente as diretrizes dispostas na PNEU; 7. Fortalecer a extensão universitária.
5. Fortalecer a relação autônoma e crítico-propositiva da Extensão Universitária com as políticas públicas por meio de programas estruturantes, capazes de gerar impacto social;	6. Implementar a política de extensão, seguindo efetivamente as diretrizes dispostas na PNEU; 7. Fortalecer a extensão universitária.
6. Estabelecer bases sólidas de financiamento da Extensão Universitária, imprimindo aos processos publicidade, transparência e continuidade, priorizando projetos vinculados a programas e, finalmente, superando a fragmentação e o caráter eventual dos recursos destinados às ações extensionistas;	4. Aumentar a disponibilidade de recursos humanos e financeiros para a gestão e implementação da extensão universitária; 7. Fortalecer a extensão universitária.
7. Definir o papel dos editais, dos planos plurianuais e dos orçamentos autônomos das Universidades Públicas, em relação a uma política regional e nacional de financiamento das ações de Extensão Universitária;	4. Aumentar a disponibilidade de recursos humanos e financeiros para a gestão e implementação da extensão universitária; 7. Fortalecer a extensão universitária.
8. Atualizar as áreas temáticas da Extensão Universitária, de forma a aumentar seu grau de consonância com os desafios contemporâneos e com as demandas inter e transdisciplinares;	6. Implementar a política de extensão, seguindo efetivamente as diretrizes dispostas na PNEU; 7. Fortalecer a extensão universitária.

Desafios da Extensão Universitária – PNEU (2012)	Desafios da Gestão da Extensão na UnB (2020)
9. Atualizar os sistemas de informação e de avaliação da Extensão Universitária vigentes, superando a prática de registro de dados isolados e construindo indicadores que incorporem as dimensões Política de Gestão, Infraestrutura, Relação Universidade-Setores Sociais, Plano Acadêmico e Produção Acadêmica;	Não foram levantados desafios específicos nesse sentido.
10. Incorporar, ao leque de Indicadores de Avaliação da Extensão, aqueles referidos às dimensões acadêmica e qualitativa e aos impactos sociais da Extensão Universitária;	Não foram levantados desafios específicos nesse sentido.
11. Priorizar o desenvolvimento da Extensão Universitária enquanto produção de conhecimentos sistematizados, voltados para a emancipação dos atores nela envolvidos e da sociedade como um todo;	6. Implementar a política de extensão, seguindo efetivamente as diretrizes dispostas na PNEU; 7. Fortalecer a extensão universitária.
12. Assegurar o uso de tecnologias educacionais inovadoras e efetivas nas ações de Extensão Universitária, de forma a garantir seu fortalecimento;	7. Fortalecer a extensão universitária.
13. Contribuir para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação, com destaque para as tecnologias sociais produzidas na interação com a sociedade, visando à inclusão social e à melhoria das condições de vida.	6. Implementar a política de extensão, seguindo efetivamente as diretrizes dispostas na PNEU; 7. Fortalecer a extensão universitária.

*Fonte: Desafios da Extensão Universitária (PNEU, 2012, p.23-24) e Desafios da Gestão da Extensão na UnB (elaboração da autora, 2020).*

Os desafios da extensão universitária, acima listados, conforme a PNEU (2012) emergem em um contexto desafiador, na qual há um processo de expansão e consolidação da extensão universitária, suscitando “expectativas de criação de paradigmas contra-hegemônicos que se primem pelo espírito colaborativo” (PNEU, 2012, p.23).

É evidente que os desafios encontrados nesta pesquisa, no estudo de caso da UnB, estão em consonância com os desafios listados na PNEU (2012). Contudo, vale ressaltar alguns pontos pertinentes:

1. Os representantes da gestão da extensão da UnB, participantes desta pesquisa, não levantaram desafios relativos aos sistemas de informação, de avaliação da extensão universitária e de indicadores de avaliação, contudo, foram mencionados pontos relevantes sobre o assunto (detalhamento na subseção 4.3 deste relatório); 2. Na PNEU (2012) não foi mencionado o desafio da ampliação da atuação docente com a extensão, contudo este é um ponto evidente na UnB (detalhamento na subseção 4.7

deste relatório) e; 3. Em nenhuma dessas duas perspectivas (PNEU e gestão da extensão na UnB) foi mencionada a questão da diversidade e da representatividade étnico/racial no corpo docente, a qual revela-se como um grande desafio nesta pesquisa, impactando na universidade como um todo, especialmente na extensão.

### **4.3. Avaliação da extensão universitária da UnB**

Para a avaliação do desenvolvimento institucional, as unidades de gestão da UnB elaboram e acompanham os indicadores de gestão universitária descritos no PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional. O PDI atual estabelece metas que deverão ser cumpridas no período de 2018-2022. No que tange a gestão da extensão na UnB, veja os objetivos, indicadores e metas do Decanato de Extensão (DEX/UnB) no Anexo III.

Conforme a servidora entrevistada, da Diretoria de Desenvolvimento e Integração Regional do DEX, todo fim de ano estes indicadores de extensão dispostos no PDI são avaliados pelas diretorias e seus resultados encaminhados à gestão da UnB. Cada diretoria estabelece suas metas e objetivos para os próximos quatro anos, “fazemos essa medição, se avançamos ou não, o que avançou, e como está a nossa situação em relação ao que estabelecemos no começo” (Servidora da DDIR/DEX/UnB, 2019)<sup>9</sup>.

Sobre a avaliação da extensão universitária, há alguns anos o FORPREX fez um mapeamento, estudo e testes dos indicadores para a avaliação da extensão, conforme entrevista com o Diretor Técnico do DEX, que também comenta sobre a importância da avaliação da extensão e a compara a outras áreas:

Outras áreas, por exemplo: área da pesquisa, até mesmo a área do ensino, têm uma tradição de instrumentos de avaliação de percepção dos resultados e assim por diante. Agora, no caso da extensão, sendo ela muito maleável e fluida, fica mais difícil de organizar indicadores que sejam muito objetivos para a avaliação da extensão, mas precisaremos fazer isso. (Diretor Técnico do DEX/UnB, 2019)<sup>10</sup>.

O Diretor Técnico do DEX, em entrevista, relata uma prática recente do decanato para avaliar a eficácia, relevância e impacto social das ações de extensão da UnB. Na qual os professores coordenadores das ações vinculadas aos editais, elaboram

---

<sup>9</sup> Informação concedida em entrevista à autora.

<sup>10</sup> Informação concedida em entrevista à autora.



uma avaliação e enviam ao DEX, que consolida em um relatório final ligado aquela ação específica. O diretor ressalta que “historicamente isto não é dado, agora que a gente vai ter, por exemplo, alguns relatórios finais, tratando de coisas que aconteceram entre 2018 e 2019, antes não tinha essa prática” (Diretor Técnico do DEX/UnB, 2019).

São realizadas avaliações, também, no âmbito da Câmara de Extensão (CEX). Um exemplo é a Avaliação da Semana Universitária (SEMUNI), um programa especial do DEX, considerado como um dos principais indutores da política de extensão na UnB. Sendo realizada anualmente por volta do mês de setembro na UnB, momento em que os professores e estudantes são estimulados a proporem cursos, eventos, entre outras atividades de extensão relacionadas aos programas e projetos de extensão que vem sendo desenvolvidos, bem como apresentam os resultados das ações e pesquisas realizadas ao longo do período letivo.

Em outubro de 2019, em uma das reuniões da CEX, cada professor(a) e coordenador(a) de extensão apresentou a avaliação que fez no âmbito da sua unidade sobre as atividades desenvolvidas na SEMUNI e os seus principais resultados. Estas apresentações foram mostradas e comentadas durante a reunião. De maneira geral, demonstraram uma melhoria na execução das atividades de extensão e uma maior participação da academia e da comunidade em relação aos anos anteriores. Todos reforçaram a importância das bolsas e financiamentos que receberam para a concretização das atividades. Por fim, o DEX pretende redigir um relatório compilando as avaliações de todas as unidades acadêmicas, em uma avaliação única da SEMUNI.

#### **4.4. Mapeamento do quantitativo de projetos de extensão da UnB**

O objetivo primordial das atividades de extensão na UnB é “promover uma relação universidade/sociedade mutuamente transformadora, articulando ensino e pesquisa, por meio da arte, da ciência, da tecnologia e da inovação” (UNB/CEPE n. 0060/2015, art.2º).

As atividades de extensão podem ser classificadas como: programas, projetos, cursos, eventos ou prestação de serviço. Dentre essas atividades, esta pesquisa concentra as análises nos programas e projetos. A definição conforme a Resolução do CEPE n. 0060/2015 da UnB, a seguir:

O **programa** consiste em um conjunto de ações de médio e longo prazo, orientadas a um objetivo comum, articulando projetos e outras atividades, deve integrar as linhas de ensino e pesquisa desenvolvidas na UnB, vincular no mínimo dois projetos de extensão, ter duração mínima de dois anos e máxima de quatro anos, podendo ser renovado por igual período (UNB/CEPE n. 0060/2015, art.3º).

O **projeto** é uma ação formalizada de caráter educativo, social, cultural, científico, tecnológico ou de inovação, com objetivo específico e prazo determinado, renovável ou não, vinculado ou não a um programa, que deve integrar as linhas de ensino e pesquisa desenvolvidas na UnB (UNB/CEPE n. 0060/2015, art.3º).

Vale ressaltar que os programas e projetos, conhecidos como PEACs - Programas e projetos de Extensão de Ação Contínua, foram escolhidos como foco das análises, por serem mais duradouros e terem maior alcance, gerando maior impacto a longo prazo do que outras atividades mais curtas que não têm uma continuidade nas ações, como os cursos e eventos que são mais pontuais. Além disso, o alcance do DEX é maior em relação aos PEACs, na possibilidade de acompanhar, monitorar e avaliar os impactos acadêmicos e sociais da extensão.

Os PEACs são ações de extensão institucionalizadas e coordenadas pelo DEX, estes são distribuídos em dez possíveis temas, conforme o Catálogo de Programas e Projetos de Extensão de 2018-2019<sup>11</sup>: 1.Direitos Humanos e Justiça; 2.Tecnologia; 3.Trabalho; 4.Cultura; 5.Ciências Agrárias; 6.Comunicação; 7.Meio Ambiente; 8.Política; 9.Educação e; 10.Saúde.

No que se refere aos PEACs - Programas ou Projetos de extensão de ação contínua: em 2014 foram 289 PEACs, já em 2017 foram 508 PEACs, sendo 219 projetos a mais que foram aumentando ano a ano. Contudo, em 2018 foram 452 PEACs (56 projetos a menos), havendo uma queda no número de projetos de extensão na UnB, nesse último ano.

Unidades que apresentam uma média de 10 ou mais PEACs por ano (2014 a 2018): CDT, CEAM, DEX, FAC, FAV, FCE, FD, FE, FEF, FGA, FM, FS, FUP, IDA, IL, IP e; Unidades que aumentaram a quantidade de PEACs de 2017 para 2018: FACE, IPOL, ICS, FCI, FAC e FUP.

Unidades que apresentam uma média de 0 a 2 PEACs por ano (2014 a 2018): BCE, CAEP, CDS, CPD, DEG, DGP, DPO, HUB, INT, IREL e FCI e; Unidades que

---

<sup>11</sup> Fonte - Catálogo de Programas e Projetos. Disponível em: [www.dex.unb.br/catalogos-de-peacs](http://www.dex.unb.br/catalogos-de-peacs)

diminuíram a quantidade de PEACs de 2017 para 2018: HUB, FE, FGA, FS, FT, IDA, IP, IE, IG, IH e IQ.

Para aumentar o quantitativo de projetos de extensão, se faz necessário ampliar também o número de pessoas envolvidas na execução da extensão. A seguir, o quantitativo de pessoas envolvidas com os projetos de extensão da UnB, por ano:

Quadro 3: Quantitativo de envolvidos com projetos de extensão de ação contínua da UnB, 2014-2019.

<b>Projeto de Extensão de Ação Contínua: Impactos Acadêmico e Social, 2014 a 2019</b>				
<b>Ano</b>	<b>Número de Pessoas Envolvidas na Execução</b>			
	<b>Participação Interna (UnB)</b>			<b>Participantes Externos</b>
	<b>Docentes</b>	<b>Discentes</b>	<b>Técnicos Administrativos</b>	
2014	2.257	3.594	107	831
2015	6.401	7.695	597	2199
2016	1.532	5.875	257	2143
2017	1.681	8.663	325	2592
2018	3.914	12.036	479	4540
2019	4.730	8.401	390	1336

Fonte: SIEX UnB

De 2018 para 2019 houve uma queda de 3.635 (30,2%) na quantidade de estudantes envolvidos com os projetos de extensão de ação contínua, um número expressivo em relação aos anos anteriores, em que o quantitativo de discentes vinha aumentando progressivamente. Já os professores, nunca estiveram tão envolvidos com a extensão universitária como em 2019, houve um aumento de 816 (20,8%) de professores em relação ao ano anterior. Não é certo o motivo, mas pode estar relacionado a questão em voga da inserção curricular que, de alguma forma, pode ter mobilizado mais professores nesse sentido.

Ainda que no último ano (2019) tenha caído o quantitativo de discentes, técnicos e participantes externos envolvidos com a extensão, podemos dizer que, ao longo dos últimos anos (2014-2018), de maneira geral, aumentaram os participantes da comunidade externa e interna da UnB envolvidos com os projetos de extensão de ação contínua. Diante disso, podemos verificar a hipótese de que a gestão e a implementação da política de extensão, no âmbito do DEX e da CEX, têm contribuído com o aumento da participação de professores e estudantes e, assim, também, possivelmente ao

aumento de número de projetos de extensão na UnB, corroborando, em alguma medida, ao fortalecimento da extensão universitária.

Contudo, há indícios de que a “efetividade” da extensão ainda é desnivelada, comparada aos outros dois pilares do ensino superior: ensino e pesquisa. A efetividade da política de extensão deve atentar-se ao quantitativo e ao qualitativo. Ou seja, ir além do aumento de número de projetos e do quantitativo de professores, estudantes, técnicos e comunidade externa envolvidos. Também é importante um entendimento adequado sobre o que é extensão e como fazê-la. Conforme ressaltou o Diretor Técnico do DEX, outro elemento importante que deve caminhar junto:

A comunidade universitária se apropriar do que é o objetivo principal da extensão, enquanto atividade acadêmica e não como assistencialismo (...). Não é a função da universidade prover aquilo que o Estado não provê, isso é responsabilidade que não podemos assumir (...). [A extensão] é uma atividade acadêmica, portanto é uma atividade que integra a pesquisa, que integra o ensino, que integra a formação, que integra a relação da sociedade com a comunidade. E a universidade precisa se apropriar disso. (Diretor Técnico do DEX/UnB, 2019)<sup>12</sup>.

#### **4.5. Ampliação e institucionalização dos projetos de extensão da UnB**

Existem ações e iniciativas voltadas à ampliação dos projetos de extensão na universidade, conforme publicação na página do decanato DEX/UnB<sup>13</sup>, que informa o empenho da instituição, no ano de 2019, para dar início ao processo de Inserção Curricular da Extensão, buscando atender à meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (2014-2024) e às Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (2018).

Diante disso, é possível verificar que existem esforços da coordenação, contudo ainda são muitos desafios sendo enfrentados nesse processo, tanto no âmbito da gestão como da implementação. Sobre a ampliação dos PEACs - Programas e projetos de Extensão de Ação Contínua, o Diretor Técnico do DEX afirma que além de importante é imperioso que aumente o número de projetos de extensão:

Ampliar é muito importante. A ampliação por si só não é uma solução para a extensão. Mas é importante e vai ser imperativo que aumente para que possamos ter espaços onde os estudantes possam cumprir a carga horária determinada da extensão, pelas diretrizes (...), contemplando todos os estudantes. Hoje em dia temos um total de 12.000 estudantes participantes de

---

<sup>12</sup> Informação concedida em entrevista à autora.

<sup>13</sup> Fonte - disponível em: [dex.unb.br/curriculoextensaounb](http://dex.unb.br/curriculoextensaounb)

atividades de extensão, em 2014 tínhamos 3000, então aumentamos muito mais. 12.000 considerando que a UnB tem 38.000 alunos (...), a gente precisaria ter uma escala muito maior de projetos, programas e atividades funcionando para que eles possam agregar isso no seu histórico. Então, não é só importante, é imperioso, não podemos passar sem esse aumento, e precisamos criar fórmulas para estimular e incentivar, para que as pessoas institucionalizem, criem projetos (...), e tenham mais opções para os estudantes. (Diretor Técnico do DEX/UnB, 2019)<sup>14</sup>

Dentre os principais desafios para a institucionalização dos PEACs, os membros da Câmara de Extensão (CEX) ressaltaram a burocracia e os sistemas: antigo SIEX e o atual SIGAA, a questão orçamentária para os projetos e o envolvimento dos professores. Apenas um respondente disse que não existem dificuldades. A seguir:

- Burocracia;
  - A questão burocrática, os professores sofrem muito e a coordenação de extensão fica sobrecarregada, quando há pessoas, é claro, que lutam pela democratização do conhecimento e trocas de saberes. Se a coordenação de extensão for apenas para resolver burocracia não vamos ter avanços na inserção curricular da extensão. É necessário envolver todos os grupos de pesquisa para criarem seus projetos de extensão;
  - No caso hoje, acredito que seja desnecessário que passe por todos os departamentos. O colegiado de extensão aprovando já estaria ótimo;
  - O sistema SIEX é muito detalhista, e ao mesmo tempo os campos do formulário do projeto são pouco claros;
  - Ainda é a burocracia. Não por culpa dos funcionários, mas o procedimento é ainda complicado;
  - O sistema operacional SIEX, pouco convidativo, com muitos passos e problemas técnicos;
  - A burocracia do antigo SIEX. O que em certa medida se manteve no SIGAA, uma vez que precisamos cadastrar anualmente o projeto;
  - O SIGAA é um transtorno;
  - Falta de familiaridade dos proponentes com SIGAA e falta de comprometimento com a extensão;
  - Há questões orçamentárias relativas ao trâmite financeiro de alguns projetos;
  - Emissão de certificados;
  - Engajamento “dxs professorxs”;
  - Não há dificuldades.
- (Questionários aplicados à CEX, 2019-2020).

Conforme as entrevistas realizadas, a questão de ampliar a quantidade de programas e projetos de extensão é um dos desafios da gestão do DEX/UnB. Sendo este um elemento importante ao fortalecimento da extensão universitária. Contudo, para que isso ocorra, efetivamente, se faz necessário aumentar o envolvimento da comunidade acadêmica com a extensão, aumentando, principalmente, o número professores e estudantes. Ressalta-se também a necessidade de simplificar e aperfeiçoar o processo de formalização dos projetos de extensão para a institucionalização.

---

<sup>14</sup> Informação concedida em entrevista à autora

Para tal, o DEX/UnB vem atuando em várias frentes, conforme o Diretor Técnico do DEX, em entrevista, incentivando a ampliação da quantidade de projetos de extensão, por meio de editais nas áreas temáticas e através do Programa de Institucionalização de Bolsas de Extensão (PIBEX). Entretanto, foi ressaltado que são necessários mais recursos humanos e financeiros para o fomento da extensão na UnB.

O DEX também tem apoiado a curricularização da extensão, prevista no PNE (detalhamento na subseção 4.6 deste relatório), e tem buscado contribuir para a formalização dos projetos já existentes através do novo sistema SIGAA que substituiu o SIEX.

Considerando este desafio da institucionalização dos projetos de extensão, conforme as respostas dos questionários aplicados à Câmara de Extensão, cinco unidades (33,3% dos respondentes) informaram a quantidade de projetos ainda não formalizados: IH (4 projetos), IREL (4 projetos), CET (2 projetos), IQ (0 projetos) e FD (0 projetos), as demais unidades não responderam.

Um exemplo que reflete a realidade do desafio da formalização dos projetos de extensão na UnB é o caso do Projeto CISO - Ciências Sociais nas Escolas, que existiu por quase três anos sem estar formalizado. O projeto foi organizado e proposto por estudantes de Ciências Sociais e vem sendo executado por estes desde 2017, nas escolas públicas do Distrito Federal e na UnB. Porém, institucionalizado apenas em 2019. Hoje, vinculado ao Instituto de Ciências Sociais, o projeto objetiva fomentar a atuação docente, visando suprir a demanda discente de experiência nas escolas, pois as políticas de iniciação à docência existentes no Departamento de Sociologia não abarcam toda a Licenciatura.

Em conversa com os estudantes extensionistas do Projeto CISO, relataram que em 2017 e 2018 houve algumas tentativas para institucionalizar o projeto, chegando a ter dois professores coordenadores em momentos diferentes, porém nenhum esteve presente ativamente. Somente em 2019, com o apoio de um dos professores, o projeto CISO foi finalmente institucionalizado.

Sobre o desafio da formalização, os estudantes extensionistas, integrantes do CISO, que estavam mais ativamente envolvidos com esse assunto, relataram três pontos: 1. o engajamento do departamento com a extensão, 2. a organização interna do projeto e 3. o apoio do professor coordenador. A seguir:

1. Engajamento do departamento com a extensão: diferente de outros departamentos, e eu posso citar os departamentos de Humanas que eu tenho mais ciência, como o Direito, Relações Internacionais e Ciência Política, diferente desses departamentos, as Ciências Sociais tem uma relação com a Extensão um pouco mais difícil, mais burocratizada, de menor incentivo (...), talvez porque nesses lugares tem mais grupos de pesquisa, mais ofertas de projetos de extensão, e eu acho que os professores são mais engajados para fazer novos projetos, apresentar novas questões.
2. Organização interna do projeto: o CISO passou por várias organizações internas até chegar na que está hoje. E a organização que pautou e conseguiu fazer a institucionalização [do projeto de extensão], foi a partir da criação de uma comissão especializada nisso. Antes tentou-se fazer coordenações e não deu muito certo, tinha uma coordenadora geral que fazia tudo o que era de burocrático, mas algumas tarefas ela não conseguia fazer, porque era uma pessoa só. Então, [foram criadas essas comissões] para que essas tarefas pudessem andar. A gente conseguiu fazer várias outras coisas, organizar eventos, fazer o acompanhamento pedagógico dos professores, instituir planilhas para acompanhamento das presenças, fazer a gestão das redes sociais. Então, fazer esse esquema de coordenações fez com que a gente pudesse se especializar e dedicar mais tempo.
3. Apoio do professor coordenador: outra coisa importante foi um suporte maior do professor, que antes não era professor coordenador. Eu lembro que, por diversas vezes se tentava conseguir uma assinatura (...), precisava dessa assinatura com o professor e esse professor não estava, e tentava com outra professora e essa professora não estava. Aí eu lembro que quando o [professor] começou a coordenar o CISO, quando ele assumiu a coordenação de Licenciatura mesmo e a gente pediu para que ele fosse coordenador e orientador do CISO, as coisas começaram a andar melhor. Apesar da gente ser autônomo e o [professor] prezar muito para que a gente tenha a nossa autonomia e liberdade, ter esse suporte dele, que é um suporte incrível, porque ele é muito atencioso, proporciona que a gente consiga fazer várias coisas também. Ele é uma pessoa que engaja muito, que fez esse diálogo com o DEX, fez esse diálogo com o colegiado para passar o projeto, deu essas bases para a gente escrever, então eu acho que esse apoio do [professor] foi fundamental nesse processo.  
(Estudantes extensionistas do Projeto CISO, 2020)<sup>15</sup>

O projeto CISO, na Semana Universitária (SEMUNI) de 2020, no contexto da pandemia de Covid-19, organizou diversas mesas temáticas, dentre elas duas relacionadas aos assuntos de extensão universitária e ensino superior: “O trabalho das extensões de educação em tempos de pandemia” e “Formação de professores para educação básica e superior”, contando com a participação de professores universitários, professores da educação básica, estudantes de graduação e da pós-graduação.

Estes relatos evidenciam a importância dos projetos de extensão para formação discente e a necessidade do maior envolvimento dos professores com a extensão, especialmente no suporte aos estudantes. Quando não há apoio dos professores, os desafios à institucionalização são ainda maiores.

---

<sup>15</sup> Informação concedida, através de conversa informal pelo *WhatsApp*, à autora.

O CISO tem um histórico que, provavelmente, reflete a realidade do que ocorre com outros projetos de extensão na universidade, que também enfrentam esse desafio. Projetos não institucionalizados, que são realizados na prática por estudantes, com ou sem apoio dos professores, porém, muitos ainda não foram formalizados. Nessa configuração, não são contabilizados créditos aos estudantes em seus históricos, que também ficam sem a possibilidade de receber os certificados referentes às atividades desenvolvidas, não podendo pleitear bolsa e, além disso, o projeto fica distante do alcance da gestão do DEX e da CEX, bem como das avaliações da política de extensão.

#### **4.6. Curricularização da Extensão na UnB**

Há um grande desafio quanto a inserção curricular da extensão nas universidades. Os cursos de graduação deverão inserir no mínimo 10% dos créditos curriculares em projetos de extensão, conforme meta 12.7 do Plano Nacional de Educação 2011-2020 e, isso deve ocorrer até 2024.

Conforme os professores e coordenadores de extensão, membros da Câmara de Extensão (CEX), os principais desafios relacionados à curricularização da extensão na UnB, são:

- A burocracia, compreender um processo pouco burocrático e efetivo;
  - Descobrir a melhor maneira (se por disciplina no curso, ou se projeto ou programa de execução obrigatória, e quais professores estariam preparados para assumir tais disciplinas);
  - O entendimento da comunidade acadêmica em buscar a inserção das ações de extensão em seus PPCs [Projetos Pedagógicos dos Cursos];
  - A receptividade dos professores;
  - Desburocratizá-la da necessidade de existir uma disciplina de extensão;
  - Ter projeto político pedagógico;
  - Convencer professores que é preciso debater sobre isto e fazer com que alunos e alunas realmente participem neste processo;
  - A conscientização da importância;
  - Conseguir mudar a mentalidade da comunidade acadêmica da UnB quanto à importância da extensão universitária;
  - Tornar o SIGAA uma ferramenta para a curricularização da extensão;
  - Que o DEX tenha um contato mais próximo com as unidades acadêmicas para facilitar a inserção curricular.
- (Questionários aplicados à CEX, 2019-2020).

Contudo, uma das respondentes afirmou que não teriam dificuldades no âmbito de sua unidade e outro coordenador reforçou que já houve um período para adaptar a



carga horária já prevista para cada curso à nova matriz. A seguir as respostas dos professores e coordenadores de extensão, membros da CEX, quando indagados se algo vem feito na sua unidade para a implementação da inserção curricular:

- Reuniões ampliadas dos colegiados de extensão e graduação;
- Várias discussões no colegiado;
- Sim, já inclusive conversamos várias vezes com o decanato. Os professores dos cursos já fizeram diversas propostas e enviaram ao decanato de extensão conforme foi pedido;
- Encontros, rodas de conversa, oficinas;
- Sim. O PPP [Projeto Político Pedagógico] está em andamento no DEG e já contempla a extensão como atividade curricular;
- Sim, as disciplinas já implantadas;
- Prefiro que esse tipo de resposta seja dado pelos coordenadores de graduação;
- Devido a pandemia e dificuldade de nos reunir essa questão está ainda para ser debatida;
- Não;
- Há uma proposta de um concurso de soluções inovadoras em gestão. Não houve nenhuma discussão substancial em colegiado;
- Comunicações reforçadas;
- Criamos duas disciplinas exclusivas de extensão no departamento de estatística, quais sejam: Práticas de Extensão em Estatística 1 e 2. Estamos buscando apoiar a criação de novos projetos de extensão e incentivando que os estudantes sejam mais atuantes nas atividades de extensão;
- Sim, fizemos uma política de gestão (...) saímos de 5 projetos de extensão, dos quais 3 eu coordenava para 20 projetos, com incentivo da coordenação de extensão e dos editais do DEX.  
(Questionários aplicados aos membros da CEX, 2019-2020).

A coordenadora de extensão da FAU reforçou que é necessária uma mudança na educação: “ainda temos uma educação equivocada, onde o que vale é o conteúdo e não a formação do estudante. A Extensão permite um aprendizado diferente com as trocas, mas grande parte dos professores estão presos à educação bancária, lembrando Paulo Freire”. A Decana de Extensão da UnB diz o seguinte sobre os desafios da inserção curricular:

Eu participei de quatro seminários no âmbito nacional nos últimos dias. A gente precisa entender o “como?” (...). É importante as pessoas entenderem o que é extensão, exercitando e fazendo extensão. Compreender a ideia do currículo permeado das atividades de extensão. A extensão na qualificação da formação. São experiências que oportunizam, as atividades de extensão devem entrar para agregar valor a cada perfil de profissional que se quer formar, considerando as especificidades de cada curso e área. (Decana de Extensão da UnB, 2020)<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Informação concedida em entrevista à autora.

A PNEU (2012) ressalta a importância da curricularização para a universalização da extensão, a seguir:

Um dos passos fundamentais em direção à universalização da Extensão Universitária está em sua inclusão nos currículos, flexibilizando-os e imprimindo neles um novo significado com a adoção dos novos conceitos de ‘sala de aula’ e de ‘eixo pedagógico’. É importante ter claro que não se trata apenas de aproveitamento de créditos oriundos de atividades extensionistas, para efeitos de integralização curricular ou de criação de novas disciplinas relacionadas com a Extensão Universitária, mas, sim, de sua inclusão criativa no projeto pedagógico dos cursos universitários, assimilando-a como elemento fundamental no processo de formação profissional e de produção do conhecimento. (PNEU, 2012, p.31).

#### 4.7. Envolvimento dos professores e estudantes com a extensão na UnB

A partir da pesquisa realizada, através dos questionários aplicados aos membros da Câmara de Extensão (CEX), podemos dizer que poucos ou apenas uma parte dos professores e estudantes estão envolvidos com a extensão na UnB, quando deveríamos contar com a participação da maioria, até de todos.

Sobre o envolvimento dos estudantes da UnB com a extensão, na opinião dos membros da CEX, 78,6% afirmaram que uma parte dos estudantes estão envolvidos e 21,4% entendem que poucos estudantes estão envolvidos com a extensão:

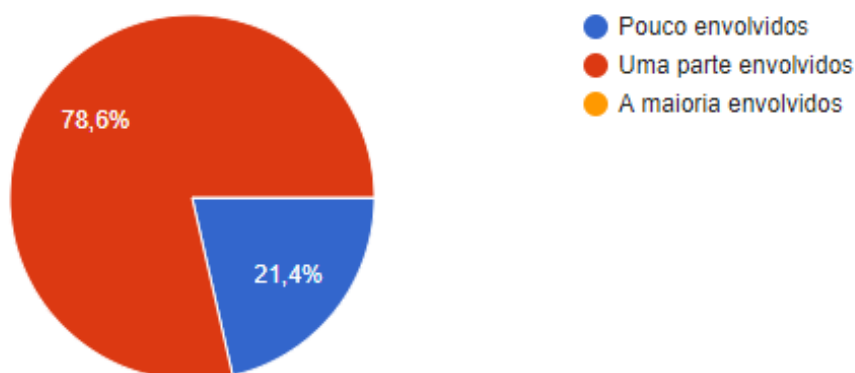


Figura 7: Gráfico - Envolvimento dos estudantes da UnB com a Extensão.

Para que haja maior envolvimento dos estudantes com a extensão é importante que tenham mais professores atuando nos projetos de extensão. Os professores tem um papel central como executores da política de educação, educadores, orientadores, pesquisadores e extensionistas, no que tange fazer extensão, transmitir, incentivar e

construir junto com os estudantes e a comunidade, a extensão acadêmica e dialógica, conforme as diretrizes da PNEU.

Vale lembrar que todas as atividades de extensão devem ser coordenadas por docente em efetivo exercício na instituição, conforme Art.8º da Resolução do CEPE n. 0060/2015 da UnB. Inclusive, somente sob coordenação de algum professor os projetos de extensão podem ser institucionalizados.

A seguir, gráfico que retrata o envolvimento dos professores da UnB com a extensão, na opinião dos membros da CEX, 64,3% afirmam que uma parte dos professores estão envolvidos e 35,7% entendem que poucos professores estão envolvidos com a extensão:

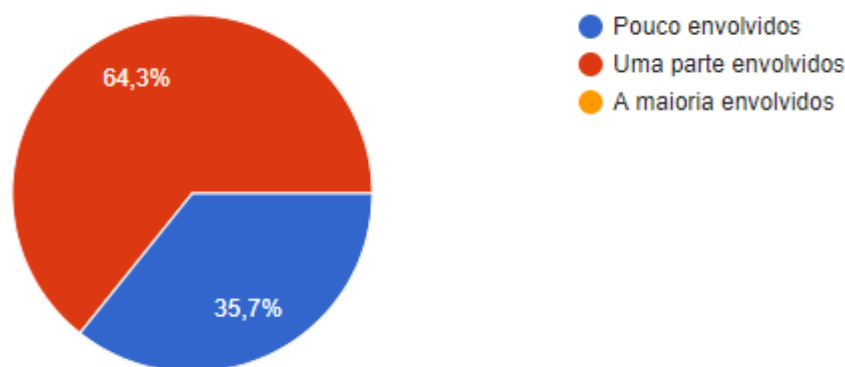


Figura 8: Gráfico - Envolvimento dos professores da UnB com a Extensão.

Sabemos do empenho e compromisso dos professores universitários com a educação pública de qualidade, com a excelência do ensino superior no Brasil e o comprometimento com as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Contudo, vale evidenciar que existem lacunas e desafios na gestão e implementação da política de educação superior, especialmente no que tange a política de extensão universitária.

Se faz necessário identificar caminhos e estratégias para a superação dos desafios. Uma possibilidade de incentivo à ampliação do envolvimento dos professores com a extensão é que “a extensão tenha tanta importância para o curriculum docente e para sua progressão, quanto a pesquisa e o ensino” (coordenador de extensão do IH, membro da CEX); este é um importante encaminhamento que poderá corroborar ao fortalecimento da extensão universitária, também na opinião outros membros da CEX.<sup>17</sup>

<sup>17</sup> Informações concedidas à autora através de questionário aplicado aos membros da CEX.

Além disso, é importante qualificar e alinhar a compreensão teórica e prática, sobre o que é a extensão acadêmica e dialógica, no âmbito dos gestores, professores e estudantes. Especialmente para os professores. Uma indagação: os professores da UnB conhecem a Política de Extensão Universitária (PNEU 2012) e as diretrizes para as ações de extensão nela previstas?

Nos resultados dos questionários, 56% dos respondentes acreditam que a maioria dos professores não leram a PNEU e não conhecem as diretrizes para as ações de extensão universitária; e 22% dos respondentes não sabem, pois não conversam com os outros professores sobre o assunto. A seguir, gráfico que ilustra a opinião dos professores e coordenadores de extensão, membros da CEX:

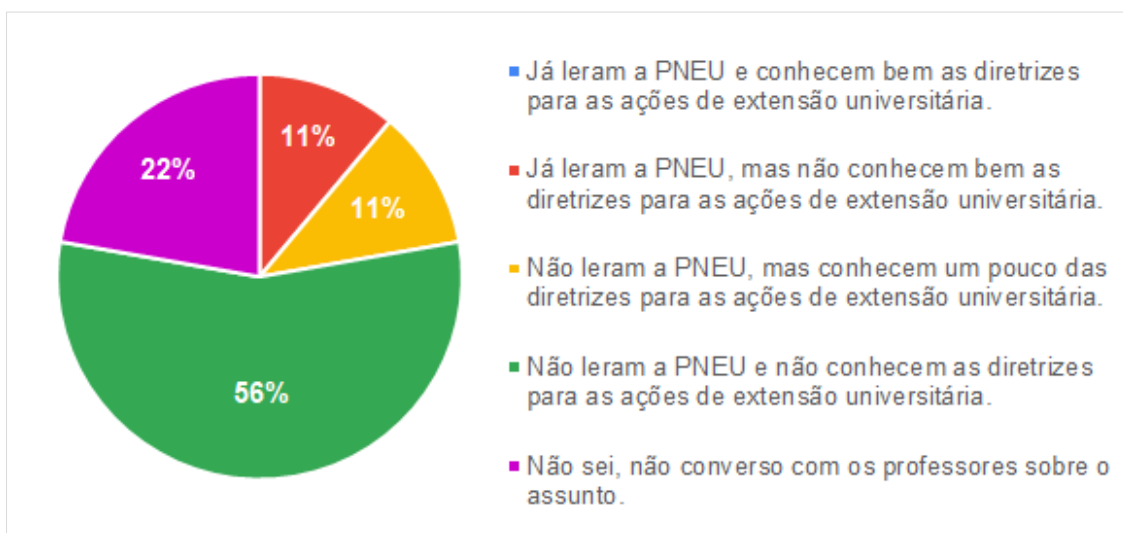


Figura 9: Gráfico - Compreensão dos professores sobre a PNEU e as diretrizes para as ações de extensão universitária.

Fica evidente a necessidade de uma melhor compreensão, por parte dos professores, sobre o que é extensão acadêmica, efetivamente. Alguns na universidade, por falta de informação, acham que basta realizar uma atividade de caridade ou voluntariado, que isso por si só já seria extensão. O diretor técnico do DEX, em entrevista, afirma que muitas atividades realizadas na universidade são chamadas de extensão, porém, não refletem efetivamente as diretrizes dispostas na PNEU (2012).

A Diretoria Técnica de Extensão (DTE/DEX) é responsável por fazer a validação técnica das propostas para encaminhamento à Câmara de Extensão (CEX). As atividades que não são aprovadas pelo DEX e pela CEX não são institucionalizadas ou precisarão ser adaptadas às diretrizes para que sejam formalizadas.

A Extensão acadêmica não é meramente prestação de serviço ou assistencialismo, como já foi a regra em outros momentos da história. Hoje entendemos que a extensão deve ser “dialógica”, conforme Paulo Freire propôs e está previsto nas diretrizes da PNEU (2012) e no Art.2º da Resolução CEPE n. 0060/2015. Pressupõe a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, o princípio da interdisciplinaridade e interprofissionalidade, bem como também deverá gerar impacto na formação dos estudantes e transformação social.

O DEX [Decanato de Extensão] recebe muitas propostas [de projetos] que não são extensão, isso revela que muitos professores não têm claro o que é extensão universitária, até porque esse debate não é tão antigo (Decana de Extensão, 2020)<sup>18</sup>.

Contudo, no que se refere a compreensão do conceito de “extensão” para os professores membros da CEX, respondentes dos questionários, especialmente coordenadores de extensão atuantes na gestão, revelaram estes estarem afinados à definição de extensão da PNEU (2012). A seguir suas respostas diante da pergunta: “Quando se fala em extensão, quais são as três primeiras palavras ou expressões que vêm a sua mente?”:



Figura 10: Nuvem de palavras - “O que é extensão?” para os membros da CEX.

As palavras mais recorrentes foram: “*comunicação*” que tem a ver com a diretriz de interação dialógica; “*conhecimento*” que permeia todo o processo de indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, ainda que esta não tenha sido mencionada; “*comunidade*” e “*sociedade*” que constituem justamente os setores com os quais a

<sup>18</sup> Informação concedida em entrevista à autora.

universidade deve interagir de forma dialógica, considerando a complexidade e a diversidade da realidade social, oferecendo contribuições relevantes e buscando soluções aos problemas, de forma a gerar impacto na transformação social. Todas relacionadas às diretrizes da PNEU (2012).

Outras palavras também mencionadas que estão relacionadas às diretrizes são: “*interdisciplinaridade*” um princípio importante para que as ações de extensão sejam efetivas; “*transformação*” pois deve promover relação entre sociedade/universidade mutuamente transformadora e; “*estudantes*” uma vez que a extensão deve gerar impacto na sua formação.

Ressaltam-se também as expressões “*aluno engajado*” e “*professor consciente*”. Considerando a interação dialógica entre professor-estudante-comunidade, para que haja maior efetividade da política de extensão na UnB, é fundamental criar estratégias que visem ampliar o envolvimento dos estudantes de forma que estejam cada vez mais engajados com a extensão, bem como estratégias de formação e sensibilização dos docentes, para aumentar o envolvimento dos professores, de forma que estejam mais conscientes da importância da extensão acadêmica e dialógica para a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão na universidade, corroborando a excelência da educação superior.

#### **4.8. Fortalecimento da extensão universitária na UnB**

A partir das análises de conteúdo desenvolvidas pela abordagem interpretativa, verificou-se, nas falas e opiniões dos interlocutores, dos representantes da gestão da extensão da UnB, gestores, professores, servidores e coordenadores de extensão, do DEX e da CEX, que os principais desafios listados se constituem fundamentais ao fortalecimento da extensão universitária.

O que é importante para o fortalecimento da extensão universitária na UnB? Conforme os professores e coordenadores de extensão, membros da CEX, destaca-se: o reconhecimento da extensão pela comunidade; o maior envolvimento dos professores e estudantes; os Polos de extensão; mais verbas e recursos financeiros e; mais incentivos aos professores:

- A participação de toda a comunidade universitária. Mas para isso, a extensão deve ser reconhecida como tão importante quanto ensino e pesquisa;
- Reconhecimento;
- Destacamento dentre as demais atividades;
- Reitoria engajada e “professorxs” conscientes;
- Mostrar que a Extensão é produção de conhecimento e renovação do ensino;
- A divulgação do que se pode fazer, através da extensão acadêmica;
- Reconhecimento acadêmico e oportunidades para desenvolvimento de projetos com recursos em mesma proporção que a pesquisa;
- Buscar recursos;
- Apoio financeiro e maior reconhecimento dos estudantes e professores envolvidos em atividades de extensão;
- Oportunidade de interlocução com a comunidade e apoio financeiro para desenvolver as atividades;
- Mais verbas, menos burocracia, mais propaganda e mais vontade de se envolver com a comunidade. Polos como os que estão sendo inaugurados são ótimas iniciativas;
- O envolvimento dos professores. E que a extensão tenha tanta importância para o currículo docente e para sua progressão quanto pesquisa e ensino;
- [A extensão] ser mais valorizada na Progressão e ser obrigatória para a carreira de Professor Titular e;
- Sistema de recompensas maiores (na carreira, na progressão, na produção, no acesso a recursos) que induza a se fazer mais extensão.  
(Questionários aplicados aos membros da CEX, 2019-2020).

O que a UnB vem fazendo para superar os desafios da gestão e implementação da política de extensão? No sentido de contribuir ao fortalecimento da extensão universitária. No âmbito do Decanato de Extensão existem algumas iniciativas importantes: os programas especiais e os principais projetos de extensão do DEX, em articulação e interlocução, que contribuem para incentivar que as unidades proponham atividades de extensão.

Os principais projetos do DEX são: “*UnB Perto de você*” coordenado pelo professor e diretor técnico do DEX e “*Conversa com a reitora*” coordenado pela professora e diretora da DDIR/DEX. Os programas especiais do DEX são: “*Rede Sul de Formação Intercultural*” coordenado pelo professor e diretor técnico do DEX; “*UnB 2030: Sustentabilidade e Desenvolvimento Inclusivos*” coordenado por um professor do IREL; “*Extensão e comunicação em rede: Informação, formação e organização social Integrando a universidade à sociedade*” coordenado por um professor da FUP e; “*Semana Universitária (SEMUNI)*” coordenado pela professora e decana de extensão.

Em reunião da Câmara de Extensão<sup>19</sup>, acompanhada nesta pesquisa, em outubro de 2019, foram levantados três pontos que podem ser considerados iniciativas relevantes ao fortalecimento da extensão universitária: 1. Encontro de extensionistas; 2. Novo Polo de Extensão e; 3. Revista Participação:

1. Encontro de extensionistas: uma carta elaborada pelos estudantes extensionistas foi exibida e lida aos presentes na reunião, na qual os estudantes que participaram do 1º Encontro de Extensionistas / SEMUNI 2019, relatam a importância deste evento, explicitando a demanda de que este continue sendo realizado com periodicidade. Reforçaram também a importância do financiamento da extensão, especialmente das bolsas PIBEX como incentivo ao envolvimento dos estudantes. O professor e diretor técnico do DEX, ressaltou a importância de dialogar com os estudantes e propôs que sejam convidados a participar também na organização dos encontros, em uma contribuição concreta dos estudantes para a política de extensão.

2. Novo Polo de Extensão: na reunião, a diretora da Diretoria de Integração Social e Desenvolvimento Regional (DDIR/DEX) mencionou sobre o novo, futuro, Polo de Extensão, do Recanto das Emas, o qual já possui um espaço físico e deverá ser inaugurado. Motivo pelo qual todos comemoraram. Os Polos de extensão são importantes iniciativas que possibilitam maior envolvimento da UnB com a comunidade e corroboram ao fortalecimento da extensão universitária.

3. Revista Participação: a diretora da DDIR/DEX também solicitou, em reunião, que voluntários se prontificassem a contribuir como pareceristas da Revista de Extensão da Universidade de Brasília. Depois de reforçar a importância desse trabalho, duas coordenadoras de extensão se colocaram à disposição e se comprometeram com a tarefa solicitada. A Revista Participação, publicada semestralmente pelo DEX, “tem como objetivo editar um periódico científico de qualidade, ampliar o diálogo da universidade com a sociedade e fortalecer a extensão universitária como alicerce da produção acadêmica”<sup>20</sup>. Ressalta-se que deverá atingir a classificação Qualis/CAPES B3 até 2022, conforme meta 3.2 do DEX / PDI 2018-2022 da UnB (Anexo III).

Outro elemento importante ao fortalecimento da extensão é o monitoramento e avaliação das ações de extensão. Para tal é importante que os gestores estejam acompanhando o quantitativo de professores e estudantes envolvidos com a extensão, bem como o número de projetos, inclusive dos que não foram institucionalizados ainda.

---

<sup>19</sup> Informações concedidas à autora através de observação participante, reunião da CEX, outubro de 2019.

<sup>20</sup> Fonte - disponível em: [periodicos.unb.br/index.php/participacao/about](http://periodicos.unb.br/index.php/participacao/about)



No que tange esse acompanhamento, foi perguntado aos membros da CEX no questionário: “quantos professores da sua unidade estão envolvidos com projetos de extensão?” 11 unidades responderam e 4 não informaram. Em relação a pergunta: “quantos estudantes estão envolvidos com projetos de extensão da sua unidade?” 5 unidades responderam e 10 não informaram. E no que se refere a pergunta: “dos projetos de extensão existentes na sua unidade, quantos ainda não foram formalizados?” 5 unidades responderam e 10 não informaram.

Outra importante iniciativa no âmbito da gestão da extensão universitária, são os “Colegiados de Extensão”. Quando indagados se há ou não colegiado de extensão em sua unidade, 50% dos respondentes afirmaram que sim, 42,9% disseram que não. E uma das unidades explicou que este acontece associado ao colegiado da unidade, com a justificativa de que se trata de um grupo pequeno de professores.

A seguir, as respostas dos membros da CEX quando indagados “na sua opinião é necessário Colegiado de Extensão? Quais as vantagens e os principais desafios para criá-lo?”. 12 dos respondentes se mostraram favoráveis e 3 questionaram a real relevância de um colegiado de extensão na unidade:

- O principal desafio é o comprometimento dos membros;
- Ter pessoas interessadas o suficiente. Temos uma comissão de 3 membros, mas as reuniões são todas virtuais. Um colegiado, no momento atual, seria impossível;
- Sim, é necessário, ele já está sendo elaborado. Acredito que ocorre uma política de valorização maior da extensão assim como é da pesquisa e do ensino. Podermos ter um órgão somente para pensar as políticas de extensão;
- Vantagens: discussão em grupo das ações e o planejamento das estratégias da unidade. Desvantagens: Criar mecanismos que despertem o envolvimento do grupo nas ações não apenas a nível individual, mas coletivo;
- Sim, ele é responsável pela análise de mérito das propostas;
- Sim, pois possibilita a distribuição de ações e deliberações;
- Acho que depende da vocação da unidade, mas considero importante no sentido de valorização, planejamento e socialização;
- Sim, pois dá institucionalidade e a importância que a extensão deve ter dentro de cada unidade. Não tivemos desafios para criá-los pois a unidade sabe de sua importância. O importante é criar uma rotina;
- Sim. para melhor organizar as atividades;
- Sim. Acredito que o Colegiado de Extensão tem um papel fundamental na análise do mérito extensionista das atividades proposta na unidade e no planejamento geral das atividades de extensão;
- Foi criado apenas para resolver processos burocráticos, falta avançar para criar uma política de gestão, tentamos de tudo na FAU;
- Tivemos apoio da direção anterior em 2018, mas em 2019 com a mudança a visão da nova direção tenciona mais para uma coordenação de extensão burocrática e houve apenas dois encontros do colegiado de extensão em 1 ano. Ter pessoas apenas burocratas no poder não vai colaborar para o

avanço da extensão, exige investimento em apoio técnico administrativo para que realmente a coordenação de extensão junto com o colegiado possa trabalhar com estratégias de envolvimento com a sociedade e melhoria do currículo junto ao NDE para fazer melhor a inserção curricular da extensão;

- No meu caso, temos uma unidade com pouca oferta de atividades de extensão de tal forma ser desnecessário um colegiado específico;
- Não é necessário, ao menos na minha unidade;
- Depende, pois pode travar o processo que já bastante burocrático. (Questionários aplicados aos membros da CEX, 2019-2020).

A seguir, alguns programas e projetos de extensão “exitosos” ou com visibilidade significativa, que podem ser avaliados pela gestão (DEX e CEX) na perspectiva de “boas práticas”. Nesse sentido, a gestão da extensão da UnB poderá pensar e propor iniciativas visando promover trocas de experiências e compartilhamento de conhecimentos acerca do “fazer extensão”. Segue a listagem dos projetos mencionados pelos membros da CEX, quando solicitado no questionário: “Cite um programa/projeto de extensão “exitoso”, ou com maior visibilidade, na sua unidade”:

- Pare Pense Descarte e UNISER;
- Meninas na computação;
- Falas-ich;
- PLP's e AJUP;
- Pitadas do cerrado;
- Bio na Rua;
- Coleta Seletiva Solidária;
- Falas-ich;
- OBC, NEPECON, Contabilidade para Sociedade;
- UnB 2030 e Amun Kids;
- Roda de Conversa;
- Educação científica, tecnológica e matemática, robótica: um módulo básico na educação, recepção aos calouros da matemática, maratona de programação, cálculo diferencial e integral para alunos com altas;
- Habilidades/superdotação, a olimpíada brasileira de matemática para escolas do DF: Aprendendo matemática em grupos de estudos, pet mat seminários, meninas.comp é fundamental, meninas.comp: computação também é coisa de menina!, meninas.comp, grupo de estudos sobre a história da matemática e suas relações com o ensino e a aprendizagem da matemática, história do departamento de matemática da UnB, o Lesson Study e a produção de videoaulas: uma possibilidade para a formação inicial e o desenvolvimento, Laboratório de Ensino de Matemática (LEMAT) e;
- CASAS (PATUA e ASAS) PERIFÉRICO, trabalhos emergentes. (Questionários aplicados aos membros da CEX, 2019-2020).

Principalmente para aquelas unidades que não tem muito envolvimento com a extensão ainda, e que provavelmente encontrarão maiores desafios no processo de inserção curricular. Conhecer essas iniciativas e aprender o processo da extensão com

projetos de “boas práticas” já existentes e atuantes, poderá ser uma estratégia eficaz ao fortalecimento da extensão na UnB.

O fortalecimento da extensão universitária, conforme a PNEU (2012), “requer torná-la [a extensão] parte do pensar e do fazer cotidiano da vida acadêmica. Isto exige, por sua vez, a adoção efetiva das normas e regras já instituídas, destacadamente o preceito constitucional, os institutos estabelecidos pela LDB e PNE (...), assim como o conceito de extensão universitária, as diretrizes<sup>21</sup> e os princípios<sup>22</sup>, pactuados no âmbito do FORPROEX.” (PNEU, 2012, p.24).

A PNEU (2012) ressalta, ainda, que a universalização da extensão tem um papel central no fortalecimento da mesma. Dessa forma, é imprescindível que existam iniciativas voltadas à democratização da extensão, à ampliação do número de participantes, de diferentes públicos: de professores, técnicos e estudantes da UnB e de pessoas de fora da universidade, da comunidade, da sociedade como um todo.

É fundamental que sejam pensadas, debatidas e criadas estratégias, no âmbito da administração (gestores) e da implementação (professores), para que as ações de extensão superem a ideia de ser meramente disseminação de conhecimento, prestação de serviços ou assistencialismo. E possam assumir efetivamente a atual “fase/face da extensão”, a “dialógica”, conforme Fernanda Oliveira e Patrícia Goulart (2015).

As ações de extensão são orientadas pelas diretrizes previstas na Política Nacional de Extensão: a interação dialógica; a interdisciplinaridade e interprofissionalidade; a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão; o impacto na formação do estudante; e o impacto e transformação social. Das quais, a decana de extensão ressalta a importância da indissociabilidade para o fortalecimento do tripé ensino-pesquisa-extensão, no sentido real da extensão, propõe a seguinte reflexão:

As pessoas pensam que é pesquisa, mais ensino, mais extensão, na lógica do tripé. O tripé talvez não seja a metáfora mais adequada, porque pressupõe uma separação entre os três. A Extensão pressupõe estarem articulados. É indissociável. O tripé é uma forma de traduzir o entendimento de sustento da universidade em três partes, mas as pessoas têm dificuldade de entender isso. De entender que o currículo deve estar permeado das atividades de extensão, de como isso qualifica a formação dos estudantes (Decana de Extensão, 2020).<sup>23</sup>

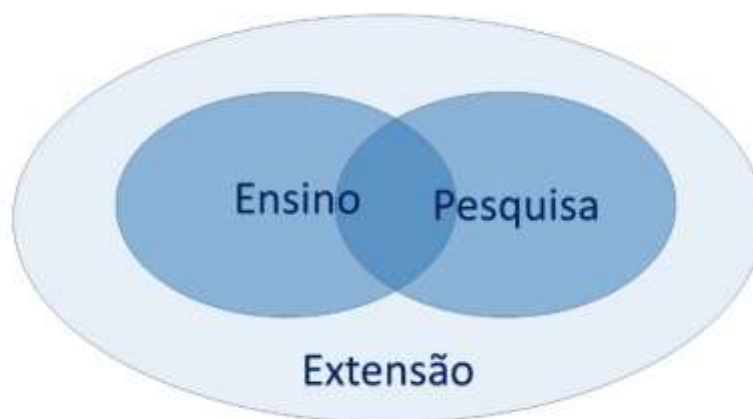
---

<sup>21</sup> Diretrizes (PNEU, 2012, p.17-21).

<sup>22</sup> Princípios Básicos (PNEU, 2012, p.22-23).

<sup>23</sup> Informação concedida em entrevista à autora.

Buscando uma metáfora imagética alternativa à que visualizamos no tripé ensino-pesquisa-extensão, como missão da universidade. A seguir uma tentativa para melhor ilustrar a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão na perspectiva da extensão:



*Fonte: Ideia extraída da página da Unesp<sup>24</sup> e reproduzida pela autora.*

*Figura 11: Extensão na perspectiva da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão.*

Esta representação aproxima-se mais do entendimento de extensão universitária, atenta ao princípio constitucional<sup>25</sup> da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. E da compreensão de extensão, como descrita na PNEU (2012), para além de uma atividade acadêmica, a extensão como concepção de Universidade Cidadã.

---

<sup>24</sup> Fonte - Página da Unesp - Universidade Estadual Paulista. Disponível em: [www2.clp.unesp.br/P\\_noticias/10/jul10/15-07-10.php](http://www2.clp.unesp.br/P_noticias/10/jul10/15-07-10.php). Acesso em nov.2020.

<sup>25</sup> Art. 207º da Constituição Federal de 1988: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

## **5 CONCLUSÃO: POSSIBILIDADES DA EXTENSÃO NA UNB**

Este trabalho é um desdobramento da pesquisa acadêmica realizada a partir da “Residência em Políticas Públicas”, à luz da Política de Extensão Universitária (PNEU), no âmbito do DEX e da CEX na UnB. A pesquisa teve como objetivo compreender e analisar os principais desafios da gestão e implementação da política de extensão na UnB, no período de 2014 à 2019, e assim refletir sobre possíveis caminhos de superação.

Verificou-se que os desafios levantados são significativamente relevantes ao fortalecimento da extensão universitária na UnB. Motivo pelo qual, faz-se necessária a busca por estratégias e possíveis soluções para sanar os entraves que limitam o aperfeiçoamento, aprimoramento e democratização da extensão universitária. A seguir, apontamentos de caminhos possíveis à superação dos desafios, as recomendações, visando a maior efetividade da gestão e implementação da política de extensão na UnB.

### **5.1. Possíveis caminhos de superação dos desafios: recomendações**

Nesta seção são apresentadas algumas recomendações em torno dos desafios enfrentados, caminhos e possíveis soluções. Estas recomendações poderão contribuir para a gestão e implementação da política de extensão na UnB, no âmbito do DEX e da CEX que avaliarão a pertinência e adequabilidade, antes, destas. A seguir as propostas de intervenção, organizadas em dois alvos, 1. Implementação e 2. Gestão:

#### **1. Implementação**

(Público: professores e estudantes)

**1.1. Recomendação:** pensar, debater e criar mecanismos de valorização da participação docente nas ações extensionistas. Preferencialmente, mecanismos/ políticas/ instrumentos que possam ser institucionalizados, como por exemplo os incentivos relacionados à produção, à carreira, à progressão e à remuneração. Obrigatoriedade da extensão para a carreira de Professor Titular. Também podendo sugerir a inclusão desta temática na lista dos desafios da PNEU, no âmbito do FORPROEX.

Justificativa: poderá contribuir ao maior envolvimento dos professores; também, minimizar a disparidade entre a extensão e os outros dois pilares (ensino e pesquisa) e; corroborar a implementação da curricularização da extensão (meta12.7, PNE, 2011-2020). Ressalta-se que a valorização da participação docente está prevista no item 6.3.1 da PNEU (2012), que trata da normatização e implementação da extensão universitária.

- 1.2. Recomendação:** a gestão poderá fortalecer o canal de comunicação com as unidades acadêmicas para ouvir, pensar, debater e definir estratégias para a inserção curricular da extensão, de forma que as atividades de extensão permeiem o currículo já existente em cada curso.

Justificativa: o entendimento de que o currículo deve estar permeado das atividades de extensão é pouco compreendido pela maioria dos professores e estudantes. Contudo, é urgente e já pode ser feito, com os recursos e conhecimentos existentes, buscando atender ao princípio de indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão. Corrobora a implementação da curricularização da extensão (meta12.7, PNE, 2011-2020).

- 1.3. Recomendação:** propõe-se o desenvolvimento de um curso de formação voltado aos professores da UnB, uma “Formação Pedagógica para Docência Universitária”, o qual promova aprendizados, nos âmbitos teórico e prático, sobre o propósito da educação universitária, sobre o que é ensino-pesquisa-extensão, especialmente o que é extensão e como fazer extensão, aplicada a realidade de cada área específica, e como esta pode ser implementada de maneira a permear o currículo já existente de cada curso. Tal formação pode ser implementada para os professores do quadro, bem como aos candidatos ao cargo de professor durante o processo seletivo, podendo ser a última etapa (classificatória) do concurso público do magistério superior.

Justificativa: dessa maneira, será possível uma melhor compreensão, por parte dos professores, sobre o que é extensão acadêmica efetivamente (na teoria e na prática), não meramente prestação de serviço ou assistencialismo, mas sim a “extensão dialógica” que orientar-se pelas diretrizes acordadas na Política Nacional de Extensão Universitária. Contribuindo para aumentar o número de professores envolvidos com a

extensão e conseqüentemente de estudantes. E corrobora a implementação da curricularização da extensão (meta12.7, PNE, 2011-2020).

**1.4. Recomendação:** a gestão poderá criar estratégias para identificar e localizar professores(as) “chave” e pensar como viabilizar intercâmbios entre as unidades e a formação de “professores multiplicadores”. A gestão poderá incentivar a realização de intercâmbios de troca de conhecimentos, experiências e diálogos entre os professores, entre os projetos de extensão, entre as unidades acadêmicas e centros, bem como entre as universidades, para aprendizados e compartilhamento de “boas práticas” acerca do “fazer extensão”. Também para se pensar, debater e propor ideias ao item 1.3. Nesse sentido, poderá fazer um levantamento de quais professores da UnB, ou de outras instituições/estados, tem expertise no assunto de “extensão universitária” e, a partir daí possam encontrar-se (presencialmente ou virtualmente) para refletir, debater e propor um plano de ensino para o “Curso de Formação em Extensão Acadêmica para Professores Universitários”.

Justificativa: contribui ao fortalecimento da extensão universitária e corrobora a implementação da curricularização da extensão (meta12.7, PNE, 2011-2020).

**1.5. Recomendação:** a criação de disciplinas que sejam vinculadas aos departamentos de cada área e, incluídas nos currículos dos cursos de graduação da UnB. Por exemplo: “Extensão Aplicada à Engenharia”, “Extensão Aplicada à Ciências Sociais” e assim por diante. Contudo, esta é uma medida que provavelmente será implementada a longo prazo, e por si só não é o suficiente para a curricularização, é necessário também que se incentive a criação e formalização de mais projetos de extensão.

Justificativa: contribui para a ampliação da quantidade de estudantes envolvidos com a extensão e corrobora a implementação da curricularização da extensão (meta12.7, PNE, 2011-2020).

**1.6. Recomendação:** a gestão poderá pensar, debater e propor estratégias no sentido de fomentar e induzir que se faça mais extensão na UnB. Por exemplo, incentivando a criação de novos projetos de extensão e a formalização dos já existentes; identificando mecanismos para a captação de recursos e ampliação das bolsas; desenvolvendo cartilhas e atividades

de divulgação, sensibilização e orientação, aos professores e estudantes, sobre a importância da extensão, das diretrizes (PNEU,2012) e dos procedimentos para a institucionalização dos projetos.

Justificativa: poderá contribuir no aumento do número projetos, de professores e estudantes envolvidos com a extensão; à meta 2.2 do DEX / PDI 2018-2022 da UnB (Anexo III); corroborar ao fortalecimento da extensão universitária e; à implementação da curricularização da extensão (meta12.7, PNE, 2011-2020).

## **2. Gestão**

(Público: gestores)

- 2.1. Recomendação**: pensar, debater e propor um processo de monitoramento e avaliação da extensão, inclusive com definição de indicadores, especialmente no que tange ao acompanhamento do processo de inserção curricular da extensão nos cursos de graduação.

Justificativa: deverá ser construído e normatizado, com prioridade, conforme item 6.3.1 da PNEU (2012), que trata da normatização e implementação da extensão universitária. Contribui ao fortalecimento da extensão universitária e corrobora a implementação da curricularização da extensão (meta12.7, PNE, 2011-2020).

- 2.2. Recomendação**: a gestão poderá refletir, debater e propor estratégias que busquem ampliar e garantir a diversidade e representatividade étnico-racial no corpo docente da universidade e na Câmara de Extensão. Por exemplo, incentivando e apoiando políticas de ações afirmativas e de inclusão, como as cotas nos processos seletivos do magistério superior. Nessa perspectiva, também sugerir a inclusão desta temática na lista dos desafios da PNEU, no âmbito do FORPROEX.

Justificativa: a diversidade, representatividade e pluralidade de pensamento são substanciais ao fortalecimento da extensão universitária. Esta recomendação poderá contribuir para que a gestão da política de extensão seja antirracista, democrática e efetivamente uma “extensão dialógica” como propõe a PNEU (2012). Este é um caminho fundamental para que a universidade não beneficie apenas uma parcela da sociedade, reforçando as desigualdades, mas sim, possa beneficiar toda a sociedade.



**2.3. Recomendação:** a gestão poderá criar estratégias que busquem ampliar o envolvimento, atuação e participação estudantil na gestão da Extensão Universitária. Especialmente no que tange a frequência dos estudantes representantes do DCE nas reuniões da Câmara de Extensão. Nessa perspectiva, também sugerir a inclusão desta temática na lista dos desafios da PNEU, no âmbito do FORPROEX.

**Justificativa:** verificou-se, através desta pesquisa, observação participante, questionários e entrevistas, que a atuação estudantil na gestão da extensão na UnB é muito baixa, especialmente nas reuniões, debates e encaminhamentos no âmbito da Câmara de Extensão.

**2.4. Recomendação:** a gestão poderá incentivar e apoiar as unidades acadêmicas, que ainda não possuem Colegiado de Extensão, a criá-lo. Promovendo diálogos, intercâmbios e espaços de aprendizagem entre as unidades, visando a implementação e aperfeiçoamento dos procedimentos nos Colegiados de Extensão.

**Justificativa:** o Colegiado de Extensão, sendo responsável por administrar, debater e encaminhar questões relacionadas a extensão na unidade, bem como, analisando previamente as atividades de extensão propostas, contribui ao fortalecimento da extensão universitária e corrobora a implementação da curricularização da extensão (meta12.7, PNE, 2011-2020).

**2.5. Recomendações:** a gestão poderá incentivar e coordenar a criação de uma Política de Extensão Universitária da UnB, como por exemplo a construída junto à Pró-reitoria de Extensão da PUC MINAS<sup>26</sup>; ou a criação de um Manual de Extensão Universitária como o desenvolvido junto à Pró-reitoria de Extensão da UFBA<sup>27</sup>.

**Justificativa:** o manual e a política são instrumentos de gestão, úteis a implementação, podendo contribuir ao fortalecimento da extensão universitária e corroborar a implementação da curricularização da extensão (meta12.7, PNE, 2011-2020).

---

<sup>26</sup> Fonte - disponível em: [www2.pucminas.br/documentos/politica\\_de\\_extensao.pdf](http://www2.pucminas.br/documentos/politica_de_extensao.pdf)

<sup>27</sup> Fonte - disponível em:

[www.fameb.ufba.br/sites/fmb.ufba.br/files/tcc/manual\\_de\\_extensao\\_universitaria\\_da\\_ufba.pdf](http://www.fameb.ufba.br/sites/fmb.ufba.br/files/tcc/manual_de_extensao_universitaria_da_ufba.pdf)

**2.6. Recomendação:** a gestão poderá incentivar a criação de programas e projetos de extensão na UnB, com ênfase nos que se articulam com as políticas públicas.

**Justificativa:** como previsto na Política Nacional de Extensão Universitária, “constitui-se em iniciativa importante para o fortalecimento da própria extensão universitária” (PNEU, 2012, p.43).

A seguir as recomendações dos professores e coordenadores de extensão, membros da Câmara de Extensão, visando a superação dos desafios referentes a inserção curricular na UnB:

- Diálogo entre pares;
- Divulgar entre os departamentos formatos ou modelos de como implementar;
- Mais debates e mais elucidação para sabermos o que nós teremos de materiais e verbas disponíveis para implementar a inserção;
- Ouvir as unidades e buscar estratégias que contemplem, dentro da legislação vigente, os diversos cursos da UnB;
- Trazer a extensão para um patamar mais próximo dos docentes;
- Divulgação e esclarecimento. Nossa graduação e um consórcio e já tem as disciplinas de extensão no currículo;
- Que professores e discentes conversem, para que compreendam as diretrizes, esboquem as alterações curriculares que lhes são intrínsecas, para cada curso de graduação. Em seguida, conversem novamente entre si, até elaborar um plano de ação consistente com a realidade atual, de modo a que os coordenadores de graduação possam, finalmente, detalhar e cumprir as novas diretrizes, com critérios;
- Acredito que um grande programa por unidade, que tivessem professores diferentes todos os semestres para os alunos realizarem um produto de extensão;
- Agilizar a reitoria nos processos de cada curso;
- Criar experiências integradoras entre docentes e discentes para formulação de soluções inovadoras;
- Mais diálogo e informações a respeito;
- Reuniões com os NDE's da minha unidade. Diálogo constate com os coordenadores de graduação e de extensão dos departamentos. Busca por compreender a regulamentação que permeia a inserção curricular da extensão;
- Mudanças nos Planos Políticos Pedagógicos e grades curriculares, diminuindo a carga de disciplinas obrigatórias. Criar disciplinas interdisciplinares extensionistas obrigatórias, aos moldes das ACR da UFBA, criar disciplinas optativas ligadas aos projetos de extensão, oficializar a Extensão nos Trabalhos Finais de Graduação, unindo a pesquisa, ensino e extensão, temos exemplos exitosos na FAU com o grupo Periférico.  
(Questionários aplicados aos membros da CEX, 2019-2020).

## **5.2. Limites e possibilidades da pesquisa**

É possível que existam outros desafios, além dos levantados e analisados nesta pesquisa. As informações deste estudo foram coletadas a partir da percepção dos representantes do DEX e da CEX, ou seja, da gestão da extensão na UnB. Contudo, esta é uma parcela do público total envolvido com as atividades de extensão.

Esta pesquisa não abarca a percepção dos estudantes universitários como um todo, tão pouco da maioria dos professores. Temos aqui, sim, a interpretação daqueles professores mais envolvidos com a gestão da política de extensão, no âmbito do DEX e da CEX, e de alguns estudantes extensionistas vinculados à um projeto específico.

A presente pesquisa realizou o que se pretendeu, alcançando seus objetivos. Contudo, ficou uma lacuna no que se refere a representatividade dos dados coletados, tanto no âmbito do DEX, como no âmbito da CEX, porque nem todos os integrantes da CEX responderam ao questionário, apenas unidades acadêmicas, faltando unidades administrativas, sindicato e representação estudantil (DCE) e, além disso, não foi possível realizar entrevistas com todos os diretores das diretorias do DEX, nem com todos os coordenadores dos programas especiais e principais projetos de extensão do DEX, uma vez que nem todos responderam ao e-mail convite à entrevista.

Ao refletir sobre ampliar a pesquisa para abarcar mais percepções, apontam-se algumas possibilidades de novas pesquisas, com ideias para coleta de dados (instrumentos e público-alvo) e justificativa (relevância do estudo). Veja a lista de possíveis novas pesquisas no Apêndice III.

## **5.3. Considerações finais sobre os desafios, diretrizes e recomendações à extensão da UnB**

Ao final do trabalho foi possível apreender a maneira como vem sendo realizada a gestão e implementação da política de extensão na UnB. Através das observações, durante a residência, das entrevistas estruturadas, conversas informais, questionários, dados secundários, pesquisas documental e bibliográfica. Verificou-se nas realidades observadas e opiniões dos interlocutores, gestores da extensão na UnB, os principais desafios da gestão e da implementação.

Os desafios levantados são: 1. Garantir e fortalecer a curricularização da extensão; 2. Aumentar o número de programas e projetos de extensão de ação contínua (PEACs); 3. Apoiar e incentivar a formalização/ institucionalização dos projetos de extensão; 4. Aumentar a disponibilidade de recursos humanos e financeiros para a gestão e implementação da extensão universitária; 5. Ampliar a quantidade de professores e estudantes envolvidos com a extensão; 6. Implementar a política de extensão, seguindo efetivamente as diretrizes dispostas na PNEU e; 7. Fortalecer a extensão universitária.

Concluiu-se que estes desafios são significativamente relevantes ao último “fortalecimento da extensão universitária” e à efetividade da política de extensão. Vale lembrar que o fortalecimento da extensão universitária requer torná-la parte do pensar e fazer cotidiano da vida acadêmica, como salienta a PNEU (2012).

Para tal, as recomendações constituem-se possíveis caminhos de superação dos desafios. A maioria das recomendações foram no sentido de apoiar a gestão da política de extensão, no âmbito do Decanato de Extensão e da Câmara de Extensão, bem como, visando refletir, debater, criar e implementar estratégias e políticas que promovam o aumento de projetos de extensão, a ampliação do número de professores e estudantes envolvidos com a extensão e a qualidade da extensão através de processos educativos de formação, sensibilização e conscientização da comunidade.

As recomendações priorizaram estratégias pedagógicas, por entender que para transformar a “cultura de desvalorização da extensão” em uma “cultura de valorização da extensão” se faz necessário um processo educativo, ainda que seja gradual. É uma estratégia que poderá verificar-se efetiva, gerando impacto na formação dos estudantes e transformação na universidade-sociedade.

Uma universidade que pensa e faz extensão no cotidiano da vida acadêmica, em consonância com o preceito legal e a PNEU, pressupõe seguir as diretrizes: “1. Interação dialógica, 2. Interdisciplinaridade e interprofissionalidade, 3. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, 4. Impacto na formação do estudante e 5. Impacto e transformação social.” (PNEU, 2012). Podemos dizer que a extensão busca atuar na realidade efetivamente, não departamentalizada, dividida em áreas específicas como boa parte das atividades na universidade, mas sim como na realidade, na vida e na sociedade, na qual tudo está correlacionado de forma complexa, diversa e interativa.

Ressalta-se que a extensão universitária não é política pública, mas pode ser referência e contribuir para pensar e propor políticas públicas. A extensão não tem o

objetivo de garantir direitos a população, mas tem como diretriz o impacto e a transformação social.

O que, a longo prazo, poderá corroborar ao desenvolvimento, no bairro, na cidade, no estado, no país, em todos os âmbitos: científico, tecnológico, socioeconômico, cultural, da saúde, da educação, de infraestrutura, da produção, da comunicação, do meio ambiente, da cidadania e na relação com as políticas públicas. Ou seja, em toda as áreas que a universidade se propõe produzir conhecimento, ao compartilhá-lo na interação dialógica, ouvindo a comunidade e colocando o conhecimento construído mutuamente a serviço da sociedade.

Assim, cumprindo o preceito legal de difundir as “conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, LDB, Art.43º), uma das finalidades da educação superior através da promoção da extensão.

A extensão universitária é uma importante ferramenta pública, educativa e cidadã. Pública, porque é para todos, devendo estar disponível e acessível a todos. Educativa, pois contribui à qualificação profissional e formação humana integral. Cidadã, pois significa exercer a cidadania, ao atuar em ações que geram impacto e transformação social.

Por fim, esta pesquisa, através do diagnóstico apresentado e das recomendações sugeridas, poderá contribuir à gestão e implementação da extensão na UnB, no âmbito do DEX e da CEX. Servindo como subsídio para refletir, debater, encaminhar e propor ações e estratégias que visem à formulação de novas políticas públicas; à construção de ferramentas e instrumentos de gestão, a serem utilizados nas avaliações e decisões dos gestores e professores; no sentido do fortalecimento da extensão universitária; corroborando ao aprimoramento da gestão, à maior efetividade da política de extensão e à qualidade da educação superior na UnB. Os resultados desta pesquisa também poderão contribuir, indiretamente, ao aperfeiçoamento da Política Nacional de Extensão Universitária e à excelência do ensino superior no Brasil.

## REFERÊNCIAS

- AMARO, Rosana; SILVA, Welinton B. **Pensamento pedagógico de Darcy Ribeiro: da universidade necessária à proposta de criação da universidade aberta do Brasil**. Associação Brasileira de Educação a Distância - ABED, Congresso, 2013.
- BRASIL / CNE - Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira**. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. CNE, 2018.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília-DF, Senado Federal, 1988. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)> acesso em 09 jul. 2018.
- BRASIL / INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. – Brasília, DF: Inep, 2015.
- BRASIL / MEC. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)> Acesso em out.2019.
- BRASIL / MEC. **Plano Nacional de Educação - PNE**. Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>> Acesso em out.2019.
- BRASIL / MEC / SASE - Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. **Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**. MEC/SASE, 2014. Disponível em: <[http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf) > Acesso em out.2019.
- CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: VOZES, v. 4, p. 51-66, 1994.
- DIAS, Adelaide Alves et al. **Da educação como direito humano aos direitos humanos como princípio educativo. Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos/26\\_cap\\_3\\_artigo\\_04.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos/26_cap_3_artigo_04.pdf)> Acesso em out.2019.
- FARIA, L. C. M.; SIVA, Rosemaria J. V. **Encontro das águas: diálogos entre Darcy Ribeiro e Paulo Freire**. Vertentes (São João Del-Rei), v. il, p. 129-139, 2008.

FORPROEX - FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Manaus-AM, 2012. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>> Acesso em: out.2019.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GONÇALVES, Nádia Gaiofatto. **Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário.** Perspectiva, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229-1256, abr. 2016. ISSN 2175-795X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2015v33n3p1229>> Acesso em: 10 jul. 2018.

LEJANO, Raul. **Parâmetros para análise de políticas: fusão de texto e contexto.** Campinas: Arte Escrita, 2012.

MAZZILLI, Sueli; MACIEL, Alderlândia S. **A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: caminhos de um princípio constitucional.** In: reunião anual da ANPED, 33., 2010. Caxambú. Anais. Caxambú, MG: Anped, 2010. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/Indissociabilidade.pdf>> Acesso em: 10 jul. 2018.

OLIVEIRA, Fernanda; GOULART, Patrícia M. **Fases e faces da extensão universitária: rotas e concepções.** Rev. Ciênc. Ext. v.11, n.3, p.8-27, 2015. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/300078147.pdf>> Acesso em nov.2020.

PEREIRA, Lucas Batista. Extensão Universitária e Políticas Públicas. **Revista Extensão & Cidadania**, v. 1, n. 2, jul./dez. 2013 (ISSN 2317-4609). Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/recuesb/article/view/5440>> Acesso em 09 jul.2018.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS - Pró-reitoria de Extensão. **Política de Extensão Universitária da PUC Minas.** Belo Horizonte, Jun. 2006. Disponível em: <[http://www2.pucminas.br/documentos/politica\\_de\\_extensao.pdf](http://www2.pucminas.br/documentos/politica_de_extensao.pdf)> Acesso em out.2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Educação e universidade: conhecimento e construção da cidadania.** Interface (Botucatu), Botucatu, v. 6, n. 10, p. 117-124, fev. 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141432832002000100015&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141432832002000100015&lng=pt&nrm=iso) acesso em 05 abr. 2018. <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832002000100015>> Acesso em out.2019.

SILVA, Suylan de Almeida Midlej; TEIXEIRA, Graziela D.; BARBOSA, Sheila Cristina Tolentino; ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães de. **Residência em Políticas Públicas: uma experiência inovadora de formação.** Cadernos de Pesquisa (FCC), v. 45, n.157, p. 588-611, jul./set. 2015.

STRECK, Danilo Romeu; PITANO, Sandro de Castro; MORETTI, Cheron Zanini. **Educar pela participação, democratizar o poder: o legado freireano na gestão pública**. Educ. rev, v. 33, p. e167880-e167880, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v33/1982-6621-edur-33-e167880.pdf>> Acesso em out.2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA / CEPE. **Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão n. 0060/2015**. Estabelece fundamentos, princípios e diretrizes para as atividades de extensão da UnB. Disponível em: <[www.dex.unb.br/documentos-normativos/category/13-resolucoes-da-unb](http://www.dex.unb.br/documentos-normativos/category/13-resolucoes-da-unb)>. Acesso em: nov.2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA / DEX. **Página do Decanato de Extensão da UnB**. Disponível em: <[dex.unb.br](http://dex.unb.br)> Acesso em out.2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022**. Brasília, 2019. Versão atualizada de 16.10.2019. Disponível em: <[http://www.planejamentodpo.unb.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=20&Itemid=791](http://www.planejamentodpo.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20&Itemid=791)> Acesso em: nov.2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Projeto Político Pedagógico Institucional da Universidade de Brasília**. Brasília, junho de 2014. Disponível em: <[http://www.deg.unb.br/images/dtg/cil/legislacoes/Projeto\\_Político-Pedagógico\\_Institucional\\_da\\_Universidade\\_de\\_Brasília\\_2018.pdf](http://www.deg.unb.br/images/dtg/cil/legislacoes/Projeto_Político-Pedagógico_Institucional_da_Universidade_de_Brasília_2018.pdf)> Acesso em: jul.2018.



## APÊNDICES

### Apêndice I: Roteiro de entrevista aplicada aos representantes do Decanato de Extensão (DEX/UnB).

#### Perfil

1. Público: diretores, servidores e decana do DEX
2. Setor/diretoria:
3. Cargo:
  - 3.1. É professor/a?
  - 3.2. Se sim, de qual área?
4. Tempo no DEX:
5. Gênero/sexo:
6. Etnia/cor:

#### Gestão

7. Qual a sua função e o que faz?
8. Quais são as principais atividades e as principais metas/objetivos do seu setor/diretoria?
9. Quais são os principais desafios do seu setor/diretoria?
  - 9.1. O que vem sendo feito para superar esses desafios?
10. Vocês fazem algum tipo de avaliação? Se sim, como funciona? Usam indicadores?
11. Na sua opinião, qual o papel da **Câmara de Extensão** para as ações do DEX de gestão da política de extensão?
12. Vocês se baseiam em algum documento? Se sim, qual(ais)?
13. Você conhece a Resolução do CEPE n.0060/2015? Se sim, você utiliza? Se sim, de que forma? Na sua opinião, qual o papel da Resolução do CEPE n.0060/2015?
14. Você conhece a PNEU? Se sim, você utiliza? Se sim, de que forma? Na sua opinião, qual o papel da PNEU?
15. Você conhece o PDI? Se sim, você utiliza? Se sim, de que forma? Na sua opinião, qual o papel da PDI?

*Obs.: não foi possível aplicar esta seção (16) a todos os coordenadores, pois ao tentar contato não obtive resposta de alguns.*

### **Programas especiais e principais projetos do DEX:**

**16.** Na sua opinião, os Programas Especiais e os principais Projetos do DEX contribuem para a gestão da política de extensão na UnB? Como?

Apenas p/ o(a) coordenador(a) do programa/projeto: **A.** Quais os objetivos do projeto? **B.** Quais atividades são realizadas no projeto? **C.** Como é feita a coordenação (gestão) do projeto?

**16.1.** Rede Sul Sul de Formação Intercultural.

**16.2.** UnB 2030: Sustentabilidade e Desenvolvimento Inclusivos.

**16.3.** Extensão e comunicação em rede: Informação, formação e organização social integrando a universidade à sociedade.

**16.4.** Semana Universitária.

**16.5.** UnB Perto de você.

**16.6.** Conversa com a reitora.

### **Projetos de Extensão:**

**17.** Na sua percepção, quais são as áreas (temas e unidades) que estão mais envolvidos com a extensão na UnB?

**18.** Na sua opinião (percepção subjetiva), quais são os programas/projetos de extensão “**exitosos**” (ou com maior visibilidade)?

**19.** Na sua opinião, o que é importante para o **fortalecimento da extensão** universitária?

**20.** Na sua opinião, é necessário **ampliar** a quantidade de programas/projetos de extensão na UnB?

**20.1.** Por quê?

**20.2.** Essa ampliação pode contribuir para a valorização e fortalecimento da extensão universitária?

**20.3.** Quais são os principais desafios para ampliar a quantidade de projetos de extensão na UnB?

**20.4.** O que poderia ser feito para ampliar efetivamente a quantidade de projetos de extensão na UnB?

**21.** Na sua opinião, a **institucionalização/formalização** dos programas/projetos de extensão é importante? Por quê?

**21.2.** Quais são os principais desafios para a institucionalização/ formalização dos projetos de extensão na UnB?

**21.3.** O que poderia ser feito para aumentar o alcance da institucionalização/formalização dos projetos de extensão da UnB?

**Histórico da Extensão na UnB:**

22. Como você avalia a extensão na UnB nos anos de 2014/2015? Quais eram os principais desafios?
23. Como você avalia a extensão na UnB dos últimos anos (2018/2019)? Quais são os principais avanços em relação aos anos passados e o que ainda precisa melhorar?
24. Na sua opinião, qual foi a repercussão da mudança de reitoria (2016) para a política de extensão na UnB?
25. Na sua opinião, qual foi a repercussão da mudança de governo no país (2016 e 2018) para a política de extensão na UnB?

**Perguntas apenas p/ DTE:**

26. Como a DTE articula, apoia e gerencia os programas/projetos das unidades acadêmicas?
27. Como é feita a gerência do PIBEX e qual a sua importância?
28. Como é composto o orçamento e como os recursos são alocados no DEX?

**Perguntas apenas p/ DDIR:**

29. Como é realizada a coordenação do Polo de Extensão da cidade Estrutural?
30. Como a DDIR busca realizar a integração dos programas/projetos e a articulação academia-populações-territórios?
31. O que vem sendo feito, no sentido do fortalecimento da extensão no DF, no entorno e na região Centro-Oeste?

-----  
*Obs.: Questões não aplicadas ainda, por não conseguir contato com os representantes dos referidos setores:*

**Perguntas apenas p/ DDR (ou DDC ou CAL):**

32. Qual a função da DDR, em relação aos projetos culturais e artísticos?
33. Como é feita a gestão da Casa de Oscar Niemeyer, da Casa de Cultura da América Latina e do Memorial Darcy Ribeiro (Beijódromo)?

**Perguntas apenas p/ Coordenação de Comunicação integrada:**

34. Quando e por que foi criado o setor de comunicação?
35. Quais os efeitos da criação do “setor de Comunicação” para a gestão do DEX?

## Apêndice II: Questionário aplicado através de formulário eletrônico aos representantes da Câmara de Extensão (CEX).

### Apresentação:

- \* PÚBLICO: Membros da Câmara de Extensão da UnB.
- \* OBJETIVO DA PESQUISA: Compreender quais os principais desafios da gestão e implementação da política de extensão na UnB e refletir sobre possíveis caminhos de superação.
- \* RESULTADOS: O relatório final deste trabalho será devolvido e pretende-se que seus resultados sejam úteis e pertinentes a gestão da extensão no âmbito do DEX e da CEX.
- \* Sua resposta é de suma importância! Obrigada pela colaboração!

### Perfil (seção 2)

1. Qual o seu cargo na Câmara de Extensão? Titular ( ) Suplente ( )
  2. Vínculo com a UnB:  
Professor/a ( ) Gestor/a ( ) Estudante ( ) Outro: \_\_\_\_\_
  3. Gênero/sexo:
  4. Etnia/cor:
  5. É membro da Câmara de Extensão há quanto tempo? (em anos e meses)
  6. Coordena ou já coordenou algum programa/projeto de extensão?  
Sim ( ) Não ( ) Outro: \_\_\_\_\_
  7. É coordenador(a) de extensão? Sim ( ) Não ( ) Outro: \_\_\_\_\_
- (seção 3) .1. Há quanto tempo é coordenador(a) de extensão? (em anos e meses)

### Semana Universitária (seção 4)

8. Na sua opinião, qual a importância da “Semana Universitária” para a política de extensão na UnB?
  - 8.1. Quais os principais desafios da “Semana Universitária”?
  - 8.2. Como esses desafios podem ser superados?

### Histórico da Extensão na UnB (seção 5)

9. Como você avalia a extensão na UnB nos anos de 2014/2015? Quais eram os principais desafios?

10. Como você avalia a extensão na UnB dos últimos anos (2018/2019)? Quais são os principais avanços em relação aos anos passados e o que ainda precisa melhorar?
11. Na sua opinião, qual foi a repercussão da mudança de reitoria (2016) para a política de extensão na UnB?
12. Na sua opinião, qual foi a repercussão da mudança de governo no país (2016 e 2018) para a política de extensão na UnB?

**As questões a seguir devem ser respondidas apenas por quem for representante de unidade ACADÊMICA ou ADMINISTRATIVA. Se não for o seu caso, pule para a próxima seção. (seção 6)**

13. Na sua unidade há Colegiado de Extensão?  
Sim ( ) Não ( ) Outro: \_\_\_\_\_
14. Na sua opinião é necessário Colegiado de Extensão? Quais as vantagens e os principais desafios para criá-lo?
15. Dos projetos de extensão existentes na sua Unidade, quantos ainda não foram formalizados? *(se não houver informação, deixe o campo em branco)*
16. Quais são as principais dificuldades em relação à formalização dos projetos? E o que poderia ser feito para melhorar esse processo?
17. Cite um programa/projeto de extensão “exitoso” (ou com maior visibilidade) na sua Unidade.
18. Quantos professores da sua Unidade estão envolvidos com programas/projetos de extensão? *(se não houver informação, deixe o campo em branco).*
19. Quantos estudantes estão envolvidos com programas/ projetos de extensão da sua Unidade? *(se não houver informação, deixe o campo em branco).*

#### **Unidade (seção 7)**

20. Digite aqui o nome da Unidade que você representa na Câmara de Extensão:
21. A sua Unidade é:  
Unidade Acadêmica ( ) Unidade Administrativa ( ) SINTFUB ( ) DCE ( ) Centro ( )  
Outro:

#### **Inserção curricular: (seção 8)**

**Apenas Unidade Acadêmica responde esta seção.**

22. Conforme o PNE - Plano Nacional de Educação (2014-2024), as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, que deverão fazer parte da matriz curricular até 2024. Considerando isso, responda as questões a seguir:

**22.1.** Na sua opinião, quais os principais desafios para a implementação da inserção curricular?

**22.2.** E o que pode ser feito no sentido de contribuir para a implementação da inserção curricular?

**22.3.** Algo já vem sendo feito na sua Unidade para a implementação da inserção curricular? O quê?

**Professores (seção 9) Apenas Unidade Acadêmica responde esta seção.**

**23.** Na sua Unidade, como é o envolvimento dos professores com as atividades de extensão?

Poucos envolvidos    Uma parte envolvidos    A maioria envolvidos

**23.1.** Na sua opinião, o que dificulta o envolvimento dos professores com a extensão?

**23.2.** O que motiva os professores envolvidos com a extensão?

**23.3.** O que pode ser feito para ampliar o envolvimento dos professores com a extensão? Algo já vem sendo feito nesse sentido? O quê?

**24.** Na sua opinião, a maioria dos professores:

Já leram a PNEU e conhecem bem as diretrizes para as ações de extensão universitária.

Já leram a PNEU, mas não conhecem bem as diretrizes para as ações de extensão universitária.

Não leram a PNEU, mas conhecem um pouco das diretrizes para as ações de extensão universitária.

Não leram a PNEU e não conhecem as diretrizes para as ações de extensão universitária.

Não sei, não conversei com os professores sobre o assunto.

Outro:

**Estudantes (seção 10) Apenas Unidade Acadêmica e DCE respondem esta seção.**

**25.** Na sua Unidade, como é o envolvimento dos estudantes com as atividades de extensão?

Poucos envolvidos    Uma parte envolvidos    A maioria envolvidos

**25.1.** Na sua opinião, o que dificulta o envolvimento dos estudantes com a extensão?

**25.2.** O que motiva os estudantes envolvidos com a extensão?

**25.3.** O que pode ser feito para ampliar o envolvimento dos estudantes com a extensão? Algo já vem sendo feito nesse sentido? O quê?

**CONCLUSÃO (seção 11)**

**Todos respondem a conclusão**

**26.** Na sua opinião, qual a função e importância da **Câmara de Extensão**?

27. Na sua opinião, o que é importante para o **fortalecimento da extensão** universitária?
  28. Quando se fala em **EXTENSÃO**, quais são as três primeiras palavras ou expressões que vêm a sua mente?
  29. Alguma sugestão ou consideração adicional?
  30. Caso queira receber os resultados da pesquisa, deixe aqui seu e-mail:
- 

**Perguntas adicionadas no segundo momento de aplicação (2020):**

- Na sua opinião, qual a importância do “Encontro de Extensionistas” para a política de extensão na UnB?
- Alguma sugestão sobre o que pode ser aprimorado no “Encontro de Extensionistas da UnB”?
- Na sua opinião, a maioria dos professores:
  - ( ) Já leram a PNEU e conhecem bem as diretrizes para as ações de extensão universitária.
  - ( ) Já leram a PNEU, mas não conhecem bem as diretrizes para as ações de extensão universitária.
  - ( ) Não leram a PNEU, mas conhecem um pouco das diretrizes para as ações de extensão universitária.
  - ( ) Não leram a PNEU e não conhecem as diretrizes para as ações de extensão universitária.
  - ( ) Não sei, não conversei com os professores sobre o assunto.
  - ( ) Outro:

### **Apêndice III: Lista de possíveis novas pesquisas.**

1. Coleta de dados: dados secundários, que provavelmente poderão ser fornecidos pela UnB (decanato de graduação ou decanato de assuntos comunitários) sobre a quantidade total de professores e de estudantes vinculados a cada unidade acadêmica.

Justificativa: para completar as análises da pesquisa já realizada. A partir desses dados seria possível calcular a porcentagem de professores e estudantes envolvidos com a extensão em cada unidade e, assim gerar análises sobre o envolvimento da comunidade acadêmica com a extensão. Tal informação é de relevância à gestão do DEX e da CEX, para identificar quais áreas precisam de “maior atenção” e assim pensar em estratégias direcionadas a cada público dadas as suas especificidades.

2. Coleta de dados: no âmbito do DEX, entrevistar um representante da diretoria de DDR (DDC ou CAL) e um representante do setor de Comunicação do DEX.

Justificativa: na presente pesquisa, ficou uma lacuna no que se refere a representatividade do DEX, ainda que tenha tentado contato para realização de entrevistas com os referidos setores, não obtive resposta.

3. Coleta de dados: no âmbito da CEX, entrevistar um representante do SINTFUB, um representante de alguma unidade administrativa e, um representante estudantil do DCE.

Justificativa: na presente pesquisa, ficou uma lacuna no que se refere a representatividade da CEX, ainda que tenha tentado contato, por e-mail, para preenchimento dos formulários eletrônicos, não obtive resposta. Nesta pesquisa, todas as respostas dos questionários aplicados na CEX, são de professores representantes de unidades acadêmicas.

4. Coleta de dados: entrevistar os coordenadores dos Programas Especiais de Extensão da UnB.

Justificativa: na presente pesquisa foram entrevistados dois coordenadores, embora feito o contato com todos, não obtive resposta dos demais.

5. Coleta de dados: aplicar questionário aos estudantes, integrantes do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e dos Centros Acadêmicos (CAs).



Justificativa: é relevante obter a opinião do estudante universitário, considerando a função da extensão de gerar impacto na sua formação profissional e cidadã.

6. Coleta de dados: entrevistar professores, estudantes e representantes da comunidade externa, envolvidos diretamente com os programas e projetos de extensão na UnB. Ao menos um projeto de cada tema ou departamento (ex: educação, saúde, tecnologia e meio ambiente).

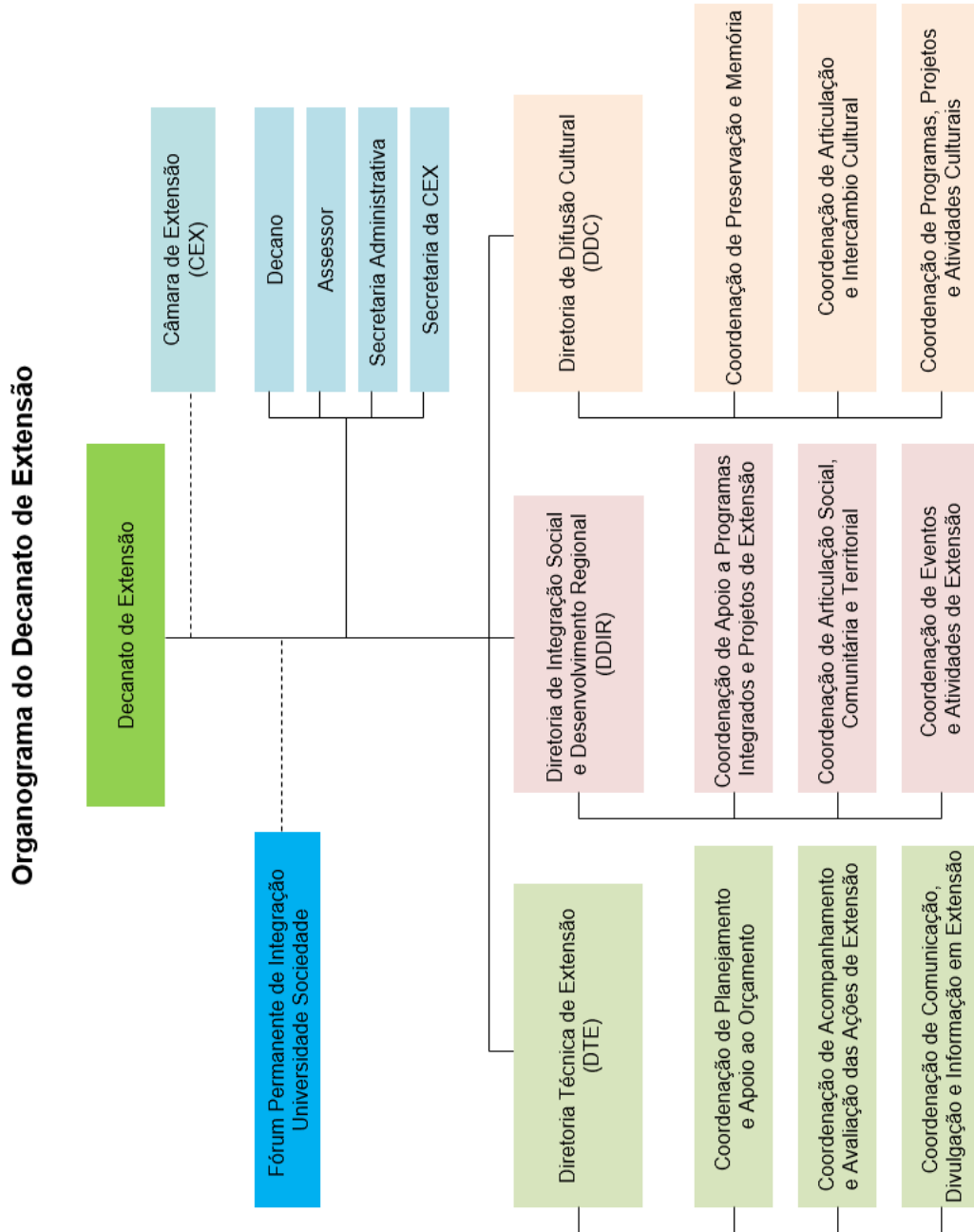
Justificativa: dessa forma, é possível apreender a realidade prática dos projetos de extensão. Considerando as informações já levantadas aqui nesta pesquisa a respeito dos projetos e extensão “exitosos” ou com maior visibilidade. Potenciais referências de “boas práticas”.

7. Coleta de dados: aplicar questionário aos professores e estudantes de GPP e, realizar entrevistas com os professores do departamento envolvidos com a extensão.

Justificativa: as informações levantadas a partir deste público, seriam de extrema importância à gestão do DEX/CEX e ao próprio departamento de GPP, pois como mencionado na política de extensão (PNEU, 2012), seria importante incentivar programas e projetos que se articulam com as políticas públicas, uma vez que “constitui-se em iniciativa importante para o fortalecimento da própria extensão universitária” (PNEU, 2012, p.43).

## ANEXOS

## Anexo I: Organograma do Decanato de Extensão (DEX/UnB).



Fonte: Conteúdo fornecido pelo Decanato de Extensão da UnB.

## Anexo II: Lista das unidades membros da Câmara de Extensão (CEX/UnB).

Unidade	Cargos	Validade nomeação (membro da CEX)	Coordenador de Extensão	Validade nomeação (coordenação de extensão)	Colegiado de Extensão
<b>Discentes DCE</b>	Titular	09/2020	NÃO há coordenador(a) de extensão (Unidade Administrativa)		
	Titular	09/2020			
	Titular	09/2020			
	Suplente	09/2020			
	Suplente	09/2020			
	Suplente	09/2020			
<b>BCE</b>	Titular	05/2021	NÃO há coordenador(a) de extensão (Unidade Administrativa)		
	Suplente	05/2021			
<b>CEAD</b>	Titular	06/2020	NÃO há coordenador(a) de extensão (Unidade Administrativa)		
	Suplente	07/2021			
<b>CEAM</b>	Titular	07/2020	NÃO há coordenador(a) de extensão (Unidade Administrativa)		
	Suplente	07/2020			
<b>CDS</b>	Titular	08/2020	SIM. Há coordenador(a) de extensão.	08/2020	SIM
	Suplente	04/2021			
<b>CET</b>	Titular	09/2021	SIM. Há coordenador(a) de extensão.	04/2019	SIM
	Suplente	09/2021			
<b>CDT</b>	Titular	03/2019	NÃO HÁ COORDENADOR DE EXTENSÃO (Unidade Administrativa)		
	Suplente	03/2019			
<b>CPD</b>	Titular	06/2021	NÃO HÁ COORDENADOR DE EXTENSÃO (Unidade Administrativa)		
	Suplente	06/2021			
<b>HUB</b>	Titular	05/2020	NÃO HÁ COORDENADOR DE EXTENSÃO (Unidade Administrativa)		
	Suplente	05/2020			
<b>FACE</b>	Titular	04/2021	SIM. Há coordenador(a) de extensão.	02/2021	NÃO
	Suplente	04/2021			
<b>FAC</b>	Titular	06/2021	SIM. Há coordenador(a) de extensão.	05/2019	SIM
	Suplente				
<b>FAU</b>	Titular	08/2020	SIM. Há coordenador(a) de extensão.	09/2020	SIM
	Suplente	08/2020			
<b>FAV</b>	Titular	09/2019	SIM. Há coordenador(a) de extensão.	06/2019	NÃO
	Suplente	09/2019			
<b>FCE</b>	Titular	05/2020	SIM. Há coordenador(a) de extensão.	03/2021	SIM
	Suplente	05/2020			
<b>FCI</b>	Titular		SIM. Há coordenador(a) de extensão.	05/2021	SIM
	Suplente				
<b>FD</b>	Titular	03/2021	SIM. Há coordenador(a) de extensão.	11/2020	
	Suplente	03/2021			
<b>FE</b>	Titular	09/2021	SIM. Há coordenador(a) de	09/2020	NÃO

Unidade	Cargos	Validade nomeação (membro da CEX)	Coordenador de Extensão	Validade nomeação (coordenação de extensão)	Colegiado de Extensão
	Suplente	09/2021	extensão.	06/2019	
FEF	Titular	04/2020	SIM. Há coordenador(a) de extensão.	01/2019	SIM
	Suplente	10/2021			
FGA	Titular	09/2020	SIM. Há coordenador(a) de extensão.	07/2018	NÃO
	Suplente	11/2019			
FM	Titular	10/2021	SIM. Há coordenador(a) de extensão.	03/2019	SIM
	Suplente	03/2020			
FS	Titular	09/2020	SIM. Há coordenador(a) de extensão.	04/2020	SIM
	Suplente	02/2021			
FT	Titular	05/2021	SIM. Há coordenador(a) de extensão.	05/2021	EM PROCESSO
	Suplente	05/2021			
FUP	Titular	09/2021	SIM. Há coordenador(a) de extensão.	05/2021	SIM
	Suplente	09/2021			
IB	Titular	11/2019	SIM. Há coordenador(a) de extensão.	12/2019	NÃO
	Suplente	11/2019			
ICS	Titular	05/2021	SIM. Há coordenador(a) de extensão.	05/2021	SIM
	Suplente	05/2021			
IDA	Titular	09/2021	SIM. Há coordenador(a) de extensão.	05/2021	NÃO
	Suplente	09/2021			
IE	Titular	06/2021	SIM. Há coordenador(a) de extensão.	06/2019	SIM
	Suplente	06/2021			
IF	Titular	09/2021	SIM. Há coordenador(a) de extensão.	04/2019	EM PROCESSO
	Suplente	09/2021			
IG	Titular	07/2021	SIM. Há coordenador(a) de extensão.	06/2020	NÃO
	Suplente	03/2020			
IH	Titular	09/2021	SIM. Há coordenador(a) de extensão.	07/2021	NÃO
	Suplente	09/2020			
IL	Titular	08/2020	SIM. Há coordenador(a) de extensão.	07/2020	SIM
	Suplente	07/2021			
IP	Titular	03/2020	SIM. Há coordenador(a) de extensão.	02/2021	SIM
	Suplente	03/2020			
IPOL	Titular	08/2020	SIM. Há coordenador(a) de extensão.	10/2020	NÃO
	Suplente	08/2020			
IQ	Titular	08/2020	SIM. Há coordenador(a) de extensão.	08/2020	SIM
	Suplente	08/2020			
IREL	Titular	03/2020	SIM. Há coordenador(a) de extensão.	12/2019	NÃO
	Suplente	12/2020			
CAL/DEX	Titular				
DTE/DEX	Titular				
DDIR/DEX	Titular				
DEX	Presidente				
SINTFUB	Titular	11/2019			
	Suplente	11/2019			

Fonte: Conteúdo fornecido pelo Decanato de Extensão da UnB. Quadro adaptado pela autora.

### Anexo III: Objetivos, Indicadores e Metas do Decanato de Extensão da UnB (PDI 2018-2022).

OBJETIVO	INDICADOR	META	CÁLCULO
<b>1. Adequar a estrutura organizacional e o fluxo de processos do DEX e da CEX</b>	1.1 Percentual de implantação de colegiados de extensão nas unidades acadêmicas	2018: 25% de colegiados de extensão implantados 2019: 50% de colegiados de extensão implantados 2020: 100% de colegiados de extensão implantados	(Número de colegiados de extensão implementados nas unidades acadêmicas por ano/ total de unidades acadêmicas) * 100
	1.2 Percentual de implementação de novos módulos no SIEX	2018: 25% de novos módulos implementados 2019: 50% de novos módulos implementados 2020: 100% de novos módulos implementados	(Número de módulos implementados no SIEX por ano/Número total de módulos do SIEX) * 100 Obs: Previstos (4) – Frequência, Certificação Digital, Pareceres e Relatórios
<b>2. Fomentar ações, programas e projetos de extensão visando a integração social e o fortalecimento da extensão</b>	2.1 Percentual de programas curricularizados e institucionalizados no SIEX	2018: aumento de 20% de adesão das unidades acadêmicas 2019: aumento de 40% de adesão das unidades acadêmicas 2020: aumento de 60% de adesão das unidades acadêmicas	(Número de unidades acadêmicas com atividades de extensão em seu currículo/total de unidades acadêmicas que ainda não possuem) * 100
	2.2 Percentual de projetos, cursos e eventos institucionalizados no SIEX	2018: aumento de 25% da institucionalização 2019: aumento de 50% da institucionalização 2020: aumento de 70% da institucionalização	(Número de novos projetos, cursos e eventos institucionalizados no SIEX/Total de projetos, cursos e eventos já institucionalizados no ano anterior) * 100
	2.3 Percentual de implantação de polos de extensão nas unidades acadêmicas	2018: 20% de polos implantados 2019: 40% de polos implantados 2020: 60% de polos implantados	(Número de polos de extensão implementados/ Total de polos pretendidos) * 100 Polos pretendidos: 6 (Estrutural, Paranoá, Alto Paraíso, Planaltina, FCE e FGA)
<b>3. Construir uma linha editorial de produtos da extensão</b>	3.1 Percentual de produtos da extensão lançados	2018: 30% de aumento de produtos lançados 2019: 50% de aumento de produtos lançados 2020: 80% de aumento de produtos lançados	(Número de produtos lançados no ano/Total de produtos lançados no ano anterior) * 100 Obs: Lançamento de 51 jornais eletrônicos Extensão em Pauta até 2020; 12 catálogos de PEACs (trimestral) (2020); Lançamento de 36 programas audiovisuais sobre extensão (2020); Lançamento de seis livros digitais até 2020; Revista Participação (Semestral)

OBJETIVO	INDICADOR	META	CÁLCULO
	3.2 Classificação Qualis/CAPES da Revista Participação	2018: Manter a classificação B4 da Revista Participação 2019: Manter a classificação B4 da Revista Participação 2020: Atingir a classificação B3 da Revista Participação 2021: Atingir a classificação B3 da Revista Participação 2022: Atingir a classificação B3 da Revista Participação	Nota da classificação Qualis/CAPES da Revista Participação Obs: nova avaliação prevista para 2020
<b>4. Implementar a política de difusão cultural e de memória (internacionalização)</b>	4.1 Percentual de implementação de Casas da Cultura (política/estrutura)	2018: 50% de casas da cultura implementadas 2019: 80% de casas da cultura implementadas 2020: 100% de casas da cultura implementadas	(Número de casas da cultura implementadas/Total de casas da cultura previstas) * 100 Obs: Previstos (03) – 1. Memorial Darcy Ribeiro (Beijódromo), 2. Casa de Oscar Niemeyer (ParkWay) e 3. Casa-museu Vladimir Carvalho
	4.2 Percentual de expansão do número de exposições realizadas nos aparelhos culturais mantidos pelo DEX (Difusão Cultural)	2018: 15% de novas exposições 2019: 30% de novas exposições 2020: 50% de novas exposições	(Número de exposições realizadas nas casas de cultura no ano corrente/Total de exposições realizadas no ano anterior) * 100
	4.3 Percentual de expansão do número de residências artísticas realizadas nos aparelhos culturais mantidos pelo DEX (Difusão Cultural)	2018: 10% de novos residentes artísticos 2019: 25% de novos residentes artísticos 2020: 50% de novos residentes artísticos	(Número de residentes nas casas de cultura/Total de residentes do ano anterior) * 100
	4.5 Percentual de expansão do acesso de pesquisadores ao acervo sob guarda (Preservação)	2018: aumento de 15% do acesso de pesquisadores (internos e externos) ao acervo sob guarda 2019: aumento de 30% do acesso de pesquisadores (internos e externos) ao acervo sob guarda 2020: aumento de 45% do acesso de pesquisadores (internos e externos) ao acervo sob guarda	(Número de acessos de pesquisadores no ano/Total de acessos de pesquisadores do ano anterior) * 100
	4.6 Percentual de expansão do espaço destinado a preservação e quantitativo de obras (Memória/Difusão Cultural)	2018: Aumento de 10% do espaço destinado a preservação e quantitativo de obras 2019: Aumento de 20% do espaço destinado a preservação e quantitativo de obras 2020: Aumento de 30% do espaço destinado a preservação e quantitativo de obras	(Número de obras realizadas no ano/Total de obras previstas) * 100

Fonte: PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional da UnB (2018-2022), p. 254-256. Quadro adaptado pela autora.